

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO EM TEOLOGIA - PPGT PUCPR
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES**

KATHLEEN VIEIRA

**A SEXUALIDADE NA CATEQUESE E A PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**CURITIBA
2023**

KATHLEEN VIEIRA

**A SEXUALIDADE NA CATEQUESE E A PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Teologia (PPGT), Área de Concentração Teologia Ético Social, Linha de Pesquisa Teologia e Sociedade, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Mário Antônio Sanches

CURITIBA

2023

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Sônia Maria Magalhães da Silva – CRB 9/1191

V658s 2023	Vieira, Kathleen A sexualidade na catequese e a prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes / Kathleen Vieira ; orientador: Mário Antônio Sanches. – 2023. 75 f. ; 30 cm Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2023 Bibliografia: f. 63-68 1. Crime sexual contra as crianças. 2. Catequese – Formação. 3. Igreja Católica. 4. Sexo. 5. Teologia. I. Sanches, Mário Antônio. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título. CDD. 20. ed. – 230
---------------	--



Programa de
**PÓS-GRADUAÇÃO
EM TEOLOGIA
PUCPR**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 008.2023
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos catorze dias de março de dois mil e vinte e três, reuniu-se às catorze horas, por videoconferencia, a Banca Examinadora constituída pelos docentes: Prof. Dr. Mário Antonio Sanches, Prof. Dr. Luiz Fernando de Lima, Profa. Dra. Clélia Peretti, para examinar a Dissertação da mestrand **Kathleen Vieira**, ano de ingresso 2021, aluno do Programa de Pós-Graduação em Teologia, Área de concentração: Teologia Ético-Social - Linha de Pesquisa: "Teologia e Sociedade". A mestrand **apresentou a dissertação intitulada "A SEXUALIDADE NA CATEQUESE E A PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES"**. A candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, foi APROVADA pela Banca Examinadora, com indicação de publicação. A sessão encerrou-se às 15h50m. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelo presidente da Banca Examinadora e pela coordenação do Programa. Os avaliadores participaram da banca de Defesa de Dissertação por videoconferência e estão de acordo com termos acima.

Prof. Dr. Mário Antonio Sanches - Presidente/Orientador

Prof. Dr. Luiz Fernando de Lima - Convidado Externo

Profa. Dra. Clélia Peretti - Convidada Interna



Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia
Stricto Sensu

DEDICATÓRIA

À minha família,
em especial meu marido,
que sempre me apoiou e acreditou em mim.

Às minhas amigas,
Anna, Joana e Andressa.
Muito obrigada.

Ao Prof. Dr. Mário Sanches,
além de um grande orientador e formador,
uma pessoa incrível com quem tive a honra de muito aprender.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me acompanha em toda esta trajetória e deu-me forças para continuar mantendo sempre acessa no meu íntimo a vontade de conhecer e aproximar-me mais d'Ele.

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde sempre me senti em casa e acolhida.

À CAPES, pela bolsa que oportunizou esta pesquisa, sem a qual todo esse aprendizado não seria possível.

Aos magníficos professores do Programa de Pós-graduação de Teologia, que transformaram esta experiência em algo fantástico, com as aulas, cursos e conversas muito que muito enriqueceram.

Ao Prof. Dr. Mário Sanches, por toda compreensão e pelos valiosíssimos ensinamentos que levarei por toda a vida. Ele foi mais do que orientador, tenho um carinho enorme por ele, pois é uma pessoa e de uma índole maravilhosa e ensina no simples viver, com seus gestos e histórias. Serei eternamente grata por esses anos de ensinamentos e testemunhos.

À minha família, minha mãe, irmãos, meus filhos, muito obrigada por compreenderem todas as vezes que precisei estudar. E em especial, ao Cleverton, meu marido, por sempre me apoiar e incentivar, eu amo você.

Às minhas amigas, que bem poderiam ser irmãs, muito obrigada por cada palavra incentivadora, Anna e Joana, acrescento a Andressa aqui porque mais do que cunhada ela já é uma irmã.

Aos amigos e colegas que finalizaram comigo esta jornada formativa de busca, crescimento e formação.

À Paróquia Nossa Senhora da Luz, pela vida em comunidade, por me permitirem exercer o ministério da catequese com muita alegria.

“Jesus disse: ‘Deixem as crianças, e não as impeçam de vir a mim, porque delas é o Reino dos Céus.’” (Mt 19,14).

RESUMO

Esta pesquisa aborda a temática da sexualidade no contexto da catequese visando a uma educação sexual que valorize as relações de amor e a superação de violência. O objetivo geral consiste em analisar o lugar que a temática da sexualidade ocupa no âmbito do ministério da catequese e as propostas de prevenção ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Define-se como objetivos secundários: relacionar as orientações do Magistério da Igreja Católica com o posicionamento dos pais na educação sexual de crianças e adolescentes na catequese; averiguar importância do serviço dos catequistas na prevenção contra o abuso sexual com crianças e adolescentes. Método: O estudo como um todo se dá por meio de revisão de literatura e pesquisa de campo. A pesquisa de campo deu-se como pesquisa-ação, por ser um caminho que interliga conhecimento e ação, com 225 pais de crianças e adolescentes que participam da catequese, em uma determinada paróquia no Estado do Paraná. Os resultados da pesquisa apontam para um contexto social atual ambíguo sobre sexualidade, que pode vincular a sexualidade à realização pessoal, ou acirrar uma visão individualista. Aborda-se também que na história da teologia há o desenvolvimento da sexualidade desde uma visão que reduz a sexualidade à sua função procriativa até a posição que situa e valoriza a sexualidade no contexto do amor. O resultado de pesquisa de campo aponta para complexidade de posicionamentos dos pais no que se refere a falar sobre sexualidade no âmbito familiar e na catequese. Nota-se, também, a necessidade de uma adequada compreensão da sexualidade no contexto do combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. As considerações finais deste estudo podem situar-se em alguns itens: há muita dificuldade em relacionar a visão dos pais sobre sexualidade com a visão da Igreja; a visão da Igreja sobre sexualidade nem sempre corresponde ao que ocorre no âmbito da catequese; enfatiza-se a necessidade de se falar sobre sexualidade na catequese, pois uma visão da relação sexualidade e amor, pode ser uma proposta significativa da superação e prevenção de abuso sexual de crianças e adolescentes no âmbito eclesial e social.

Palavras-chave: Igreja Católica; Abuso sexual infantil; Catequese – Formação; Sexo.

ABSTRACT

This research approaches the theme of sexuality in the context of catechesis aiming at a sexual education that values the relationships of love and the overcoming of sexual violence. The objective is to analyze the place that the theme of sexuality occupies within the ministry of catechesis and the proposals to prevent sexual abuse against children and adolescents. It is defined as secondary objectives: to relate the guidelines of the Catholic Church Magisterium with the positioning of parents in the sexual education of children and adolescents in catechesis; to investigate the importance of the service of catechists in preventing sexual abuse involving children and adolescents. Method: The study takes place through literature review and field research. The field research was as an action-research because it is a path that interconnects knowledge and action, with 225 parents of children and adolescents participating in catechesis, in a given parish. The results of the research point to an ambiguous current social context about sexuality, which can link sexuality to personal fulfillment, or intensify an individualistic view. It is also presented that in the history of theology there is the development of sexuality from a vision that reduces sexuality to its procreative function to the position that situates and values sexuality in the context of love. The results of field research points to the complexity of parents' positions regarding talking about sexuality in the family and catechesis. It is also noted the need for an adequate understanding of sexuality in the context of combating sexual abuse of children and adolescents. The final considerations of this study may be based on some items: there is great difficulty in relating the parents' view of sexuality with the view of the Church; The Church's view of sexuality is not presented in the context of catechesis; the need to talk about sexuality in catechesis is emphasized, because a view of the relationship between sexuality and love can be a significant proposal for overcoming and preventing sexual abuse of children and teenagers in the ecclesial and social spheres.

Key words: Catholic Church; Child sexual abuse; Catechesis – Formation; Sex.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Você conversa sobre sexualidade com seu/sua filho/a?	36
Gráfico 2 - Para você, a sexualidade deve ser tema de estudo na catequese?	37
Gráfico 3 - Como você se posiciona se o/a catequista falar sobre “A sexualidade é uma parte importante e valorizada na vida cristã”?	39
Gráfico 4 - Como você se posiciona se o/a catequista falar que o amor é a força central da vida: que pode nos levar à alegria e prazer e/ou exigir sacrifícios?	40
Gráfico 5 - Como você se posiciona se o/a catequista falar que o ato sexual só é recomendado no casamento?	41
Gráfico 6 - Como você se posiciona se o/a catequista falar que em todas as situações o amor é a condição básica para que o ato sexual seja plenamente humano?	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Você conversa sobre sexualidade com teu filho/a?	35
Tabela 2 - Para você, a sexualidade deve ser tema de estudo na catequese?	36
Tabela 3 - Tabela cruzada: “Você conversa sobre sexualidade com teu filho/a?” x “A sexualidade deve ser tema de estudo na catequese”.	38
Tabela 4 - Como você se posiciona se o/a catequista falar sobre “A sexualidade é uma parte importante e valorizada na vida cristã”?	38
Tabela 5 - Como você se posiciona se o/a catequista falar que o amor é a força central da vida: que pode nos levar à alegria e prazer e/ou exigir sacrifícios?	39
Tabela 6 - Como você se posiciona se o/a catequista falar que o ato sexual só é recomendado no casamento?	40
Tabela 7 - Como você se posiciona se o/a catequista falar que em todas as situações o amor é a condição básica para que o ato sexual seja plenamente humano?	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	<i>Amoris Laetitia</i>
ASI	Abuso sexual infantil
CAT	Catecismo da Igreja Católica
CC	<i>Casti Conubbi</i>
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DC	Diretório para Catequese
DCE	Deus Caritas Est
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
Gn	Livro de Gênesis
GS	<i>Gaudium et Spes</i>
IBM	International Business Machines Corporation
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
Mt	Evangelho Segundo São Mateus
NR	Não responderam
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONDH	Ouidoria Nacional de Direitos Humanos
OEAH	ORIENTAÇÕES EDUCATIVAS SOBRE O AMOR HUMANO
PCF	Pontifício Conselho para a Família
PR	Paraná
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
SHV	Sexualidade humana: verdade e significado
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 APROXIMAÇÃO DO TEMA.....	20
2.1 SEXUALIDADE NO CONTEXTO ATUAL.....	20
2.2 BUSCA DE PERSPECTIVA PARA FALAR SOBRE SEXUALIDADE NA IGREJA	23
3 EDUCAÇÃO SEXUAL NA CATEQUESE.....	33
3.1 INTRODUÇÃO	34
3.2 METODOLOGIA.....	35
3.3 RESULTADOS	35
3.4 DISCUSSÃO E ANÁLISE.....	43
3.4.1 Conversar sobre sexualidade	43
3.4.2 Relação entre sexualidade e amor	45
3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA.....	49
4 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	50
4.2 ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A IGREJA	53
4.3 PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	55
4.4 RELAÇÃO AGRESSOR(A) X VÍTIMA.....	57
4.5 SINAIS /SINTOMAS E CICATRIZES	58
4.6 CASO DE SUSPEITA DE ABUSO E COMO DENUNCIAR	59
4.7 PREVENÇÃO.....	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SEXUALIDADE NA CATEQUESE COMO MEIO DE PREVENÇÃO.....	64
REFERÊNCIAS.....	66
ANEXO	72

1 INTRODUÇÃO

Na nossa sociedade, para se falar de sexualidade, é preciso superar tabus e dedicar-se ao estudo e aprofundamento. A sexualidade humana é uma realidade complexa e pessoal que tem sido sujeita a muitas interpretações que ocasionaram clarificações e conflitos para o ser humano individual, para a Igreja e para a sociedade em geral.

Com o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica propõe uma renovação teológica e assume um diálogo explícito com as questões da modernidade e com as outras ciências. A Constituição Dogmática *Gaudium et Spes*, n. 24, ao ter escolhido a categoria de dom de si para descrever o amor humano, introduz uma inovação na antropologia teológica e filosófica da sexualidade. As abordagens da Igreja Católica sobre a sexualidade humana não se limitam às exigências morais específicas, mas apresentam a sexualidade como uma força interior ao ser humano, capaz de exprimir valores diversos, orientada para o diálogo interpessoal.

As reflexões sobre a sexualidade humana apresentadas aqui fundamentam-se nos principais documentos do Magistério Eclesial Católico, que têm como conteúdo de fundo a teologia do Vaticano II sobre a pessoa humana imagem de Deus. A teologia da *Imago Dei*, do Vaticano II, expressa de modo particular, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n. 12, evoca a dignidade do ser humano como é ensinada em Gn 1,26 e no Salmo 8,6. Segundo a perspectiva conciliar, a *Imago Dei* consiste na fundamental orientação do ser humano para Deus, fundamento da dignidade humana e dos direitos inalienáveis da pessoa humana.

No ensinamento conciliar, o senhorio do ser humano no cosmo, a sua capacidade de existência social, o conhecimento de Deus e o amor a Deus são elementos que encontram suas raízes na visão de que o ser humano foi criado à imagem de Deus. Desse modo, compreende-se que a encarnação de Cristo é o centro da experiência do corpo humano. Nele se acha a determinação cristológica da imagem: “Cristo que é a imagem visível do Deus invisível (CI 1,15).(GS 10). O Filho é o homem perfeito que restitui aos filhos e às filhas de Adão a semelhança divina, ferida pelo pecado dos primeiros genitores (GS 22). Revelado por Deus que criou o ser humano à sua imagem, cabe ao Filho dar ao ser humano uma resposta aos questionamentos sobre o sentido da vida e da morte (GS 41). Deste modo, o Magistério da Igreja manifesta um avanço ao entorno do tema da sexualidade que,

por um lado, atende as exigências de uma sociedade nova e, por outro, se manifestam fiel à tradição. Contudo, o tema da sexualidade continua sendo foco de acalorados debates e discussões em documentos do Magistério atual, de modo particular, ao redor da ética e da educação sexual.

É fundamental ter presente que a sexualidade foi influenciada por dados culturais que a marcaram profundamente, de modo que, muitas vezes, torna-se difícil discernir o que é bíblico e o que não é, quais os verdadeiros critérios para o cristão discernir no comportamento concreto o que é moral e o que não é. Contudo, é preciso ter presente que sexualidade faz parte constitutiva de todo o ser humano e que a pessoa não se reduz à sua sexualidade. Quando o elemento sexual é procurado por si mesmo, não só perde sua significação, mas frustra, pois a sexualidade humana pressupõe a entrega pessoal e a reciprocidade.

A pessoa, a rigor, não tem sexo, mas é ser sexuado. A sexualidade origina-se biologicamente nos genes e somatiza-se na diversidade dos órgãos masculinos e femininos. Para tornar-se um caminho de realização humana, é preciso harmonizar a sexualidade com o amor, seu sentido último. A diferenciação sexual não se limita ao âmbito biofísico, mas integra o âmbito psicológico, pois é um constitutivo antropológico. O ser humano realiza-se na diversidade de gênero. A diferença sexual atinge todos os elementos do corpo humano e, também, caracteriza todo o ser humano.

A sexualidade orienta o ser humano para o outro. Diz a Sagrada Escritura: “Não é bom que o homem esteja só; eu vou dar-lhe uma parceira que lhe seja semelhante” (Gn 2,18). O ser humano singular encontra sua plenitude na complementação dada pelo outro. Essa complementação no amor expressa-se na doação sexual: “Adão conheceu Eva, sua mulher” (Gn 4,1).

Na Sagrada Escritura, a diferenciação sexual pertence à semelhança do humano com Deus, ou seja, é capaz de amar e ser amado. Enquanto parte da criação, a sexualidade, por um lado, é distinta da divindade e, por outro, caracteriza-se como querida por Deus. Desde o Concílio Vaticano II a teologia e os documentos oficiais da Igreja preocupam-se, em geral, com a valorização positiva da sexualidade como dimensão integral do ser humano. Essa preocupação volta-se contra uma antropologia dualista ou tricotômica que desvalorize a sexualidade, o prazer e a corporeidade. Em perspectiva mais personalista, reconhece-se o valor da sexualidade para o amadurecimento e o desenvolvimento da pessoa.

Esses pressupostos antropológicos e teológicos remetem-nos a uma educação para a sexualidade. Essa não é só necessária, mas também indispensável e urgente no contexto atual da catequese. A sexualidade não pode ser compreendida sem referência ao gênero e a sua diversidade sendo esta sua característica fundamental. É, portanto, essencial uma educação da sexualidade, pois esta permite contribuir para uma vivência mais harmonizada, mais gratificante, logo, mais responsável da sexualidade. A educação da sexualidade envolve várias áreas, designadamente o crescimento humano, o desenvolvimento e comportamentos ao longo da vida, as relações humanas, a autoestima, o desenvolvimento da personalidade, a dinâmica de grupos e a tomada de decisões, conduzindo as gerações (jovens/adultos) à discussão dos sentimentos e dos valores, da ética, das relações interpessoais e das decisões relacionadas com o gênero.

A catequese pertence, de pleno direito, ao mais amplo processo de renovação que a Igreja é chamada a fazer para ser fiel ao mandato de Jesus Cristo de anunciar sempre e em toda a parte o seu Evangelho (cf. Mt 28,19). A catequese participa no compromisso de evangelização, de acordo com a sua natureza própria, para que a fé possa ser sustentada por um amadurecimento permanente para se exprimir num estilo de vida que deve caracterizar a existência dos discípulos de Cristo (DC 1).

Isso requer “comprometimento e responsabilidade por parte dos catequistas [evangelizadores] para identificar as novas linguagens com as quais comunicar a fé”. (DC 5). Assim, a catequese como anúncio da fé, é também anúncio de vida, anúncio do amor “que Deus oferece de modo misterioso e gratuito ao homem, juntamente com o nexo intrínseco daquele Amor com a realidade do amor humano” (DCE 1). Além disso, a catequese, como diz o Diretório para a Catequese, n. 371, “é chamada a encontrar modos adequados para fazer face as grandes questões sobre o sentido da vida, a corporeidade, a afetividade, a identidade de gênero, a justiça e a paz, que na era digital são interpretadas de maneira diferente”.

Desse modo, justifica-se a tarefa de transmitir um conhecimento adequado sobre a sexualidade, realizar um caminho que vai da informação ao acompanhamento e à experiência de Deus, que fornece chaves de interpretação da vida e do sentido do amor. Assim, a catequese contribui para responder às exigências do ser humano contemporâneo, que habitualmente considera significativas somente as experiências que o tocam na sua corporeidade e afetividade. Do mesmo modo, a catequese contribui para uma preparação adequada para a vivência da sexualidade e da sua

vida sexual. A sexualidade afeta profundamente a identidade do ser humano e a ele confere as características biológicas, psicológicas e espirituais – que o faz assumir uma identidade sexual concreta. Portanto, a catequese é chamada a ser fecunda na renovação de toda a comunidade eclesial. Assim, para levar os fiéis à maturidade da fé, ela deve apresentar valores positivos da sexualidade, integrando-os com outros valores, à luz do Magistério de Cristo e da Igreja.

Deste modo, é imprescindível considerar a sexualidade como um componente positivo de realização pessoal, valorizando as suas diferentes expressões ao longo da vida, tendo sempre presente o respeito pela “outra” pessoa e o respeito às diferenças. A educação da sexualidade é, sobretudo, a educação da afetividade, e seus principais responsáveis deverão ser os pais, familiares e os educadores. A família, a escola e a comunidade devem oferecer às crianças, aos adolescentes e aos jovens, informações apropriadas à idade, culturalmente relevantes e cientificamente precisas. Isso inclui oportunidades estruturadas de formação e de educação para as novas gerações, a fim de que saibam explorar suas atitudes e valores e também praticar as habilidades de que irão precisar para poderem tomar decisões informadas acerca de sua vida sexual e de sua sexualidade. As pessoas, na contemporaneidade, encontram-se perdidas, perturbadas por uma permissividade o que lhes rouba o sentido de sua existência fazendo-as cair num abismo sem fim. A vivência de uma sexualidade irresponsável tem trazido consequências irreparáveis, comprometendo-as para o resto da vida.

Diante do exposto nos questionamos: A educação da sexualidade é tema de estudo e debate nos encontros de Catequese com crianças e adolescentes? O que a Igreja pensa sobre a sexualidade? Os catequistas educadores estão preparados para desempenhar esse ministério/múnus com crianças e adolescentes? De que modo os pais participam na educação sexual dos filhos?

A catequese é um destes serviços que pode contribuir para que a sexualidade seja bem compreendida, com suas variáveis interpretativas: biológico, psicoafetivo, sociocultural, religioso, ético e espiritual. Todo tipo de menção a ela necessita levar em conta suas ricas dimensões que passam pelo corpo, mas que buscam o outro para que o amor seja a luz desse encontro. Desse modo, a sexualidade é definida como uma força estruturante e estruturadora de todo ser humano que bem humanizada, não fica estacionada no sujeito, mas busca a plenitude na relação de amor com o outro.

No contexto atual, mesmo entre os cristãos, a doutrina sobre a sexualidade, os critérios morais e as maneiras de viver, até há pouco tempo fielmente conservados, se vêm abalados por uma visão positivista e despersonalizada. E, ainda, a sexualidade vê-se dominada pelo “uso e descarte”, pelo abuso e, no matrimônio, muitas vezes, essa passa a se “tornar fonte de sofrimento e de manipulação”, de conflito e de violência, ressalta Papa Francisco, na *Amoris Laetitia*, n.153.

Sendo a “sexualidade como dom do Criador” (SHV 3), uma força positiva que se refere “ao núcleo íntimo da pessoa”, uma energia que tem a ver com o desenvolvimento da própria pessoa, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o lugar que a temática da sexualidade ocupa no âmbito do ministério da catequese e as propostas de prevenção ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. A partir desse objetivo, definimos como objetivos secundários: relacionar as orientações do Magistério da Igreja Católica com o posicionamento dos pais na educação sexual de crianças e adolescentes na catequese; averiguar importância do serviço dos catequistas na prevenção contra o abuso sexual com crianças e adolescentes.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que é desenvolvida unicamente “a partir de fontes já elaboradas – livros, artigos científicos, publicações periódicas, as chamadas fontes de ‘papel’”. Tem como vantagem cobrir uma ampla gama de fenômeno que o pesquisador não poderia contemplar diretamente” (ALVES, 2007, p. 55).

Em conjunto com a pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa-ação, a qual aconteceu quando os pesquisadores envolvem-se ativamente, de forma cooperativa e participativa, com o grupo de pessoas do fenômeno estudado. A pesquisa deu-se por uma abordagem quantitativa (225 participantes) e de natureza aplicada (quando há a preocupação com a aplicação prática da pesquisa).

Quanto à estrutura, a dissertação dá-se do seguinte modo: no segundo capítulo, será trilhado um caminho de aprofundamento, a partir de uma breve contextualização histórica da sexualidade, do matrimônio e do amor. Em seguida, serão apresentados os resultados de uma pesquisa realizada com pais de catequizandos, sobre quais são as perspectivas acerca da sexualidade e como este tema é recepcionado entre pais e filhos na catequese. Analisam-se também alguns pontos específicos relacionando ao assunto com o posicionamento do magistério: As questões abordadas serão: a sexualidade como uma parte importante e valorizada na

vida cristã; o amor como força central da vida; a recomendação do ato sexual somente no casamento; o amor como condição básica para que o ato sexual seja plenamente humano; se os pais concordam com a sexualidade sendo tema de estudo na catequese e se eles conversam sobre sexualidade com seus filhos (capítulo 3). O capítulo 4 aborda dados e características sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes, mais especificamente, o perfil da vítima, o perfil do agressor, as consequências e as cicatrizes deixadas pelo abuso e meios de prevenção.

A educação sexual precisa valorizar a relação entre família e comunidade eclesial. Todos os envolvidos são partes ativas e corresponsáveis por uma educação sexual que promova a integralidade da vida - saúde física, psíquica, social e espiritual – e que a violência sexual, ocorrida no âmbito intra ou extrafamiliar, é um sintoma do fracasso de uma saudável educação sexual na Igreja e na sociedade. Esse fracasso gera agressores e vítimas que, além das dramáticas consequências individuais, atinge todo o tecido comunitário e social. Este estudo assume a posição de que a Igreja participa da sociedade no esforço de superar tal fracasso, e, no contexto de Brasil, a Igreja soma-se a toda rede de proteção de crianças e adolescentes já existente.

2 APROXIMAÇÃO DO TEMA

Os temas que são abordados neste capítulo exigem visões amplas e contextualizações que vão além das possibilidades deste trabalho. Todavia, entende-se que dois pontos são necessários: apresentar alguns elementos da sociedade atual, que repercutem em ambiguidades no tocante à sexualidade; expor um breve roteiro histórico que possibilite revelar a postura atual da Igreja sobre a relação entre sexualidade e amor.

2.1 SEXUALIDADE NO CONTEXTO ATUAL

A história da sexualidade é controversa e complexa. Suas reflexões ainda hoje se fazem atuais, servindo de embasamento para questões sociais contemporâneas, como, por exemplo: a globalização, as novas configurações familiares e a nova vivência da sexualidade. Pensadores de diferentes épocas cunharam muitos dos conceitos em que acreditamos até hoje. Muitos dos padrões sociais e psíquicos que ainda apresentamos, quando falamos em sexualidade, são relacionados às crenças construídas ao longo da história. Neste capítulo, objetivamos aprofundar alguns desses conceitos históricos mais relevantes que nos ajudam a compreender determinadas visões e modos de vivenciar a sexualidade.

Busca-se, neste trabalho, assumir a consciência de que cada momento da história impõe uma determinada visão e modo de vivenciar a sexualidade. Na sociedade atual, apresentam-se possibilidades ambíguas, tais como a superação de visões de controle rigoroso e acirramento do individualismo.

Nossa sociedade é extremamente globalizada, e a informação chega até nós por diversos meios e de forma instantânea. O ritmo do ser humano “pós-moderno” é marcado pelo mediativismo e o desenvolvimento de tecnologias, de reapropriação dos produtos de conhecimento científico. Vive-se de forma agitada, frenética, reprimida pela força da abstração financeira e linguística. Com a informática, a tecnologia e a internet tudo se agilizou, o áudio do WhatsApp é acelerado, não há espaço para uma escuta verdadeira. As informações são jogadas a todo momento, mas quanto realmente são digeridas?

Como consequência, na perspectiva de Bauman (2001), surge uma sociedade líquida, baseada em relações fluidas, “abstratas regidas por algoritmos que conectam

a relações precarizadas, a esfera da vida é invadida por fluxos que paralisam o corpo social e abafam e sufocam a respiração” (BERARDI, 2020, p. 7, Introdução). Vivemos numa sociedade voltada para o consumo, nada se conserta, tudo é descartável. É sempre preciso estar adquirindo, consumindo, muito mais do que o necessário. O ser humano passa a ser ainda mais individualista, voltando-se à satisfação de seus próprios desejos. Instala-se uma cultura do efêmero, uma cultura hedonista e descontinuada, baseada na indiferença, gerando indivíduos frágeis e vulneráveis.

Esse ‘subjetivismo’ solapou as bases da modernidade, que se fragilizaram, dando origem a uma situação em que, na falta de qualquer ponto de referência, tudo se dissolve numa espécie de liquidez. Perde-se a certeza do direito (a justiça é percebida como inimiga) e as únicas soluções para o indivíduo sem pontos de referência são o aparecer a qualquer custo, aparecer como valor [...], e o consumismo. Trata-se, porém, de um consumismo que não visa a posse de objetos de desejo capazes de produzir satisfação, mas que torna estes mesmos objetos imediatamente obsoletos, levando o indivíduo de um consumo a outro numa espécie de bulimia sem escopo (o novo celular nos oferece pouquíssimo a mais em relação ao velho, mas descarta-se o velho apenas para participar dessa orgia do desejo) (ECO, 2017 p.10).

Assim, instala-se a ambiguidade: há menos enrijecimento social e, ao mesmo tempo, mais individualismo. Este tipo de sociedade afeta todos os aspectos da vida humana, suas estruturas como a família, o estado etc. O tipo de família constituída por pai, mãe e filhos, considerada “família ideal” e pela qual a maioria das orientações da Igreja dirige-se é afetada. Segundo o Dicionário Oxford Languages (FAMÍLIA, 2022), o significado de “FAMÍLIA” é: “1. grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (esp. o pai, a mãe e os filhos). 2. grupo de pessoas com ancestralidade comum. 3. pessoas ligadas por casamento, filiação ou adoção”. Hoje, a constituição de “família de ideal”, é minoria.

[...] e diante das grandes transformações nas configurações familiares que culminaram no surgimento de novas composições, tornou-se cada vez menos frequente as crianças nascerem e permanecerem toda a sua vida junto a uma família nuclear. No que se refere a estes modelos, foram identificados oito tipos de família, a serem definidos: as famílias nucleares, constituídas por dois adultos de ambos os sexos e seus respectivos filhos; monoparentais, compostas por qualquer um dos pais e seus descendentes; recompostas, novos vínculos que surgem após o divórcio ou separação; plurais, constituída por tios ou avós biológicos, definida como adoção intrafamiliar; adotivas; anaparentais, é aquela em que não há a figura de um ascendente, convivência entre irmãos ou primos; extensas, envolvem para além da unidade pais e prole, são formadas por parentes próximos; e famílias próprias (SILVA; NAKAGAWA; SILVA, 2020, p. 2).

Surge, assim, a necessidade de entender que não se pode relacionar valores à simples configuração familiar. A “família ideal” não pode ser compreendida como as famílias que se encaixam em determinada configuração ou modelo. Nesta amplitude de configurações familiares, Alves (2006) apresenta algo em comum, a função da família:

Desse modo, conclui-se que a família advinda da Constituição Federal de 1988 tem o papel único e específico de fazer valer, no seu seio, a dignidade dos seus integrantes como forma de garantir a felicidade pessoal de cada um deles. A construção de sonhos, a realização do amor, a partilha do sofrimento, enfim, os sentimentos humanos devem ser compartilhados nesse verdadeiro LAR, Lugar de Afeto e Respeito (ALVES, 2006, S/P).

Outro ponto relevante é a diminuição da quantidade de filhos por casal, raramente se vê hoje famílias com mais de dois filhos.

O Brasil tem observado uma diminuição sustentada da fecundidade nos estratos socioeconômicos médios e altos urbanos, além de um notável decréscimo recente da fecundidade nos estratos de menor nível socioeconômico. O nível de fecundidade do país, que em 1960 era de 5,8 filhos por mulher, reduziu-se para 2,3 filhos em 2000 (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010, p. 64).

Isso ocorre também pela influência da desassociação do sexo com a procriação e do uso dos métodos contraceptivos modernos. Os meios de reprodução assistida favoreceram a quebra desse vínculo. Por isso, a sexualidade vai adquirindo um novo sentido, voltando-se para a busca pelo prazer, inclusive o prazer feminino, raramente mencionado.

Essas transformações também são ambíguas. Por um lado, enfatiza-se as relações e as realizações pessoais e, por outro, exacerba-se o individualismo. O homem e a mulher passam a ter a sexualidade como um elemento determinante para o casamento e para uma vida feliz. E o outro pode ser valorizado como pessoa ou visto apenas como um objeto para o prazer. A percepção da sexualidade e a própria sexualidade foram afetadas a partir dos anos 1960.

Spitzner (2005) menciona que, na década de 1960, surgiu um novo movimento impulsionado pela geração dos adolescentes nascido no período pós-guerra, que se rebelou contra o modelo social instituído por seus pais, por considerar a sociedade da época monótona e restritiva. Esse movimento, mundialmente conhecido como hippie, criou o seu próprio estilo de vida e filosofia e teve como principais características: cabelos longos, roupas baseadas num misticismo oriental, músicas, drogas, o amor livre, o aborto, a

homossexualidade, a nudez em público, a paz e o retorno à natureza. Surge o Movimento de Liberação Gay, por meio do qual os homossexuais, até então vistos pela sociedade com desconfiança e interpretados como pessoas portadoras de distúrbios psicossomáticos, iniciaram a luta pelo reconhecimento de igualdade de direitos e de combate à discriminação (SPITZNER, 2005). Frente a esse novo cenário de fragilização do casamento como instituição social, verifica-se, em contrapartida, o fortalecimento e o aumento do número de uniões socioafetivas de fato, ou como conhecidas atualmente uniões estáveis que, diferentemente do casamento, não se fundamentam mais na transmissão de propriedades, títulos ou status social, mas sim na afetividade (BRAZ; BARROS; MIRANDA, 2019, p. 20).

A sexualidade sai do privado e começa a ser discutida em diversos ambientes, como programas de TV, mesas de bar, cursos de universidade etc. No contexto atual, são socializadas temáticas que relacionam vários parceiros, sexo casual, inovadoras “posições” sexuais, trocas de parceiros, orgias, promiscuidade são transmitidas em conversas, fantasiadas em discursos, em séries de streams, com alto ibope em reality shows e são divulgadas em stories de influencers. Trata-se de uma necessidade de autoafirmação, exagero que ilude muitos jovens e em diversas situações é visto como objetivo de vida.

É interessante observar que não obstante as diferentes formas de banalização da vida humana, do corpo, da sexualidade, da eclosão sexual com matizes de libertinagem, surge grandes debates no âmbito das ciências humanas propostas integrativas de formação do ser humano. Segundo Ross, a educação para a sexualidade deve levar em conta quatro características fundamentais do ser humano, sendo ela:

A pessoa leva em si, desde o começo da sua existência, a necessidade fundamental de amar e de ser amada de verdade, ou seja, de maneira autêntica. A pessoa está impregnada de pulsões sexuais e de um dinamismo de crescimento erótico, afetivo e espiritual que a incitam a se desprender do estado fusional primário para atingir a autonomia afetiva, a maturidade humana e a realização pessoal. A pessoa é um ser animado por exigências e por necessidades vitais de ordem corporal, psíquica e espiritual que se inscrevem no seu processo de amadurecimento, mais precisamente chamado de processo de sexualização. A pessoa é dotada de um sistema neurológico sensível à experiência afetiva que influencia o seu funcionamento fisiológico, psíquico e espiritual durante todo o crescimento e sua vida” (ROSS, 2014, p. 39).

2.2 BUSCA DE PERSPECTIVA PARA FALAR SOBRE SEXUALIDADE NA IGREJA

O grande desafio em qualquer processo formativo é ajudar as pessoas a perceberem a sexualidade na sua globalidade e oferecer-lhes orientações que

favoreçam uma experiência afetiva corporal, psíquica e espiritualmente valorizada. Nesse sentido, houve grandes avanços também no Magistério da Igreja, considerando a sexualidade não apenas na perspectiva do matrimônio. Em vários documentos da Igreja faz-se presente a preocupação por uma educação que se preocupe também com o desenvolvimento afetivo e humano da pessoa. O ser humano vive num ambiente “sexualizado”, e os discursos sobre a sexualidade tecem todos os domínios da vida cotidiana, de forma ambígua, apelativa, problematizadora, mistificadora e condicionadora. O sujeito está a mercês desses discursos.

Convém ressaltar que a sexualidade faz-se presente no cotidiano das pessoas, mas sempre está envolta do mistério. Daí ser necessário decifrar esse enigma e desvendar esse mistério, pois a sexualidade, como escreve Bento XVI (2010), é “um dom do Criador, mas também uma função que tem a ver com o desenvolvimento do próprio ser humano. Quando não é integrada na pessoa, a sexualidade torna-se banal e ao mesmo tempo destrutiva.”

Assim sendo, a “sexualidade diz respeito à capacidade de amar” (CAT, § 36.13). “A sexualidade afeta todos os aspectos da pessoa humana, em sua unidade de corpo e alma. Diz respeito particularmente à afetividade, à capacidade de amar e de procriar e, de uma maneira mais geral, à aptidão a criar vínculos de comunhão com os outros” (CAT 2332).

Diante disso, não é possível assumir uma visão negativa, fazer generalizações e afirmar que a sociedade está totalmente entregue à indisciplina sexual. Há que se observar que vivemos em uma sociedade plural com culturas, filosofias e valores muito diferentes entre si. Sublinha-se, desse modo, a necessidade de uma evangelização capaz de favorecer através das famílias e outras instituições um diálogo pastoral que favoreça o crescimento humano e espiritual. A catequese pode contribuir para uma formação adequada para tratar dos complexos problemas atuais relacionados à sexualidade. O acesso a uma formação interdisciplinar permite aos catequistas desenvolver o seu mundo psicoafetivo. Uma boa formação sobre sexualidade capacita para lidar com questões relacionadas ao tema.

A inserção do tema da sexualidade na educação contribui para a desconstrução de grandes tabus e na reconstrução de conceitos e valores estabelecidos ao longo da vida dos indivíduos. Com o passar do tempo, sentiu-se, no âmbito das ciências da saúde e humanas, a necessidade de seu ensino principalmente contribuir para prevenir ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), gravidezes precoces e

abortos. O tema da sexualidade passou a compor a matriz curricular de ciências nas escolas, sendo trabalhado como um dos Parâmetros curriculares, a partir de 1996, sob o viés de orientação sexual.

Esses aspectos contribuíram na formação acadêmica de profissionais no processo de cuidado à dimensão da sexualidade dos sujeitos. Atentando-se a isso, a Igreja aprofunda também o tema da sexualidade partindo “do caráter transcendente da pessoa humana” (CAT 2245). O ser humano é chamado a se realizar em fidelidade ao seu ser fundamentalmente feito para o amor. A integração dos aspectos corporal, psíquico, cognitivo e social torna-se determinante no processo de crescimento do ser humano.

A propósito disso, o Catecismo da Igreja Católica afirma que:

A pessoa humana carrega consigo um profundo desejo de se realizar como pessoa, como homem/mulher em crescimento, e se sente chamada a ser produtiva, criativa. A pessoa humana sente a necessidade de unificar em si o aspecto erótico e espiritual, embora a sociedade considere estes dois aspectos incompatíveis. “Deus criou o homem dotado de razão e lhe conferiu dignidade de uma pessoa agraciada com a iniciativa e o domínio de seus atos. “Deus deixou o homem nas mãos de sua própria decisão” (Eccl 15,14), para que pudesse ele mesmo procurar seu Criador e, aderindo livremente a Ele, chegar à plena e feliz perfeição (CAT 1730).

O documento “Sexualidade humana: verdade e significado” (1995) traz orientações educativas para as famílias oferecerem uma adequada preparação para a vida adulta, em particular no que se refere à educação para o verdadeiro significado da sexualidade. Embora o documento tenha contribuído para alavancar programas de formação sobre a sexualidade, a Igreja necessita avançar junto com as outras instituições para garantir uma educação gradual da vida sexual. Trata-se, portanto, de superar a visão reducionista da sexualidade, que nos remete ao sexo e ao amor sexual somente.

Vale ressaltar que sexo pode ser o conjunto das características que distinguem o masculino, o feminino e o intersexo, como também o próprio ato sexual em si, o coito. Já a sexualidade – como já dissemos - é algo muito mais amplo, pois envolve todo o ser, ou seja, é a forma como se percebe e se relaciona com o outro.

A sexualidade é uma componente fundamental da personalidade, um modo de ser, de se manifestar, de comunicar com os outros, de sentir, de expressar e de viver o amor humano. Portanto, ela é parte integrante do desenvolvimento da personalidade e do seu processo educativo (JAVIERRE, 1983, n. 4).

Compreende-se, assim, que há diversos modos de educar para o amor, para a sexualidade. A tarefa educativa deve levar a pessoa a conhecer e valorizar um responsável crescimento pessoal na sexualidade humana. Neste sentido, a catequese, partindo de uma visão cristã de homem, “deve favorecer a realização de sua vocação através do desenvolvimento de todo o seu ser, espírito incarnado, e dos dons da natureza e da graça com os quais foi enriquecido por Deus” (OEAH, 1983, 21). “Sendo a sexualidade uma riqueza de toda a pessoa – corpo, sensibilidade e alma - manifesta o seu íntimo significado ao levar a pessoa para o dom de si no amor” é, de fato, indispensável uma educação sexual a fim de que o valor da sexualidade alcance a sua plena realização (OEAH, 1983, 17; 32).

Consideramos no parágrafo anterior que a sexualidade deve ser orientada, elevada e integrada pelo amor que é o único a torná-la verdadeiramente humana. Os educadores e os próprios pais possuem uma grande tarefa na realização de uma adequada educação sexual. Todavia, pode-se observar, no contexto atual, mesmo entre os cristãos, notáveis divergências quanto à educação sexual. As dificuldades surgem por falta de um conhecimento aprofundado sobre as declarações do Magistério da Igreja no que tange à educação sexual, e por desconhecimento da complexidade dos diferentes elementos (fisiológicos, psicológicos, pedagógicos, socioculturais, jurídicos, morais e religiosos) que intervêm na ação educativa.

A educação cristã da sexualidade está radicada numa concepção específica de ser humano. Há, todavia, ainda uma demasiada preocupação com o tema do sexo em múltiplos discursos, manifestado nos mais diferentes ambientes: na escola, no trabalho, nos meios de comunicação, na literatura, nas artes e na própria evangelização.

A seguir, mesmo numa análise superficial, queremos mostrar que, nos diferentes períodos da história, a sexualidade foi sempre objeto de discursos diversos que buscaram estabelecer certa normatização sobre o sexo e suas práticas, lembrando que os silêncios e lacunas também fazem parte desses discursos.

A sexualidade vem, há muito tempo, tendo um caráter negativo fruto de heranças da antiguidade, como no estoicismo, corrente filosófica greco-romana que marcou o período da patrística – primeiros séculos do cristianismo. Esta corrente de pensamento transformou radicalmente a importância que os filósofos gregos reservavam à busca do prazer e passou a defender que o ato sexual só era justificado para a procriação, fazendo com que a sexualidade fosse concentrada no casamento.

Este torna-se “uma permissão para a satisfação da luxúria ou do prazer para aqueles que os consideravam indispensáveis” (RANKE-HEINEMANN, 1996, p.23).

Mais tarde, logo após a morte de Cristo, Paulo de Tarso, judeu convertido, começa a pregar em grego em suas diversas viagens pelas terras do Império Romano e torna-se o principal responsável pela propagação do cristianismo, cuja ruptura em relação ao paganismo vai ser notada entre os séculos II e III d. C. Paulo, nas suas “Cartas”, levanta sérias críticas a comportamentos considerados indignos de cristãos, como na Carta aos Romanos onde o alvo são as relações sexuais “que vão contra a natureza”:

Por isso, Deus os entregou a paixões vergonhosas: as suas mulheres mudaram as relações naturais em relações contra a natureza. Do mesmo modo também os homens, deixando o uso natural da mulher, arderam em desejos uns para com os outros, cometendo homens com homens a torpeza, e recebendo em seus corpos a paga devida ao seu desvario (Rm, 1, 26-27).

Com a propagação do cristianismo, e sobretudo quando o prazer carnal, no ato conjugal, tornou-se um problema teológico, o próprio casamento passou a ser questionado: uma das mais fortes consequências desta nova posição foi a valorização do celibato. Tertuliano (155-220d.C.) passou a defender fortemente a castidade:

Uma castidade perseverante e firme nos tem protegido de algo assim, pois, resguardando-nos, como fazemos, de adultérios e todas as infidelidades após o matrimônio, não estamos expostos a infortúnios incestuosos. Alguns de nós - tornando o assunto ainda mais seguro - nos abstermos inteiramente do pecado sensual, pela continência virginal; mesmos meninos nossos tomam tal decisão quando ficam adultos. Se tiverdes notícia de que tais pecados que mencionei existem entre vós, examinem e vejam que eles não existem entre os cristãos (TERTULIANO, Apologético, IX).

Outros Padres da Igreja, como Agostinho e Jerônimo, contribuíram muito para a manutenção do negativismo em relação à sexualidade. Apesar do apelo dos Padres da Igreja, o fator decisivo para a implantação definitiva do celibato na Igreja Católica foi a adesão dos papas à causa. Segundo Kiyan (2005, p. 62), “Sírício (384-399d.C.), foi o primeiro deles. Em vários escritos encontramos expressões referentes aos padres casados como ‘mestres do pecado’ e ‘escravos do desejo’”.

Assim, quase copiando o Estoicismo, o sexo só se justificava para a reprodução, caso contrário, traria o “estigma negativo do prazer”. Agostinho (354-430d.C.) reduziu a sexualidade quando “sexualizou” o pecado original, passando a

concupiscência ser o pecado original e o ser humano fruto do pecado. Esta concepção tornou o ser humano culpabilizado pelo desejo, o que levou a uma exaltação sem precedentes da virgindade. Mais ainda, a visão sexualizada do pecado original faz do homem uma vítima indefesa de uma mulher que o seduz, levando-o a pecar, pecado este que é sempre sexual. Surge, então, a imagem negativa da mulher, concepção ainda presente, como a responsável pela queda; por outro lado, o homem aparece como um ser espiritual em sua origem, mas vítima indefeso da mulher.

Comentaristas de Agostinho (SALLES; CECCARELLI, 2010, p. 17) explicitam que “em sua obra Casamento e Concupiscência ele condena o casamento como local de realização de desejos carnavais, mas o defende como fonte de procriação, espaço de fidelidade e sacramento”. Por fim, entende-se o casamento como inferior à virgindade, e não sendo para a procriação, não há justificativa para o ato carnal. O ideal seria a continência absoluta, não se podendo alcançá-la, aprisiona-se o desejo no casamento.

O ato sexual começou a ser tratado como obrigação dos cônjuges, não devendo, no entanto, ser acompanhado por desejo erótico. Apesar de ser obrigatório, o sexo no matrimônio foi considerado pecado por alguns sacerdotes até o século XV. O casamento não era capaz de purificá-lo, embora reduzisse sua imundície (DANTAS, 2010, p. 704).

Só eram “naturais” as práticas sexuais relacionadas à procriação, fora isso era considerado desvio da natureza, depravação. Alguns exemplos são a pedofilia, necrofilia, masturbação, homossexualidade separada da procriação, sodomia. Cada vez mais a sexualidade foi sendo restrita e regradada.

Após autorizar a atividade sexual no casamento, a Igreja resolveu controlá-la por meio de uma extensa legislação canônica. [...] Nada escapou ao poder das comissões teológicas. Cada gesto, posição, palavra e pensamento foi avaliado, classificado, codificado e regulamentado. Houve, portanto, um forte processo de racionalização do matrimônio, que procurava garantir a austeridade conjugal. O ato sexual foi proibido nos dias sagrados, nas celebrações religiosas, aos domingos, nos períodos de menstruação, gravidez, amamentação e nos quarenta dias após o parto. Os teólogos, pois, restringiram consideravelmente o tempo dedicado à prática sexual. Até o século XVI, os cônjuges não podiam se relacionar sexualmente em 273 dias do ano. Sobravam poucos dias para o sexo, que paradoxalmente havia se tornado uma obrigação (DANTAS, 2010, p. 706).

Segundo Leal e Cabral (2010, p. 576), no século XII, além da homossexualidade e da censura da homossexualidade (tratada na época como

homossexualismo, frequente no clero e entre mestres e alunos), outros pontos entraram para a discussão da sexualidade, como, por exemplo, a perseguição à bestialidade (sexo entre pessoas e animais).

No século XIII, S.Tomás de Aquino – Doctor Angelicus – juntamente com outros teólogos, defendia o matrimônio por duas razões: a primeira, por ser a única condição de se conceber filhos sem cometer pecado; e, a segunda, para resguardar os homens de problemas sexuais como a zoofilia, a homossexualidade, as práticas anormais durante as relações sexuais, masturbação, incesto, adultério, sedução e fornicação rotineira. Condenou o prazer carnal e o amor desenfreado ensinando que, se o marido e a mulher transgredissem a lei do matrimônio, estariam vulneráveis à vingança de Deus (SPITZNER, 2005, p. 49).

Somente no século XVI, com o Concílio de Trento, no ano de 1545, o casamento passa a ser obrigatório para cristãos. “Os cânones que foram elaborados sobre o tema eram retaliativos. Do cânon 971 ao 982 a pena que era dada a quem de colocasse contrário ao que estava exposto seria a excomunhão.” (LEAL; CABRAL, 2010, p. 577).

De acordo com Cabral (1995, p.127), “se a Antiguidade foi o império da razão da natureza, e a Idade Média, o da razão de Deus, a Idade Moderna inaugura a supremacia da razão do homem”. Durante a Idade Moderna,

o sexo é reduzido ao privado e com fim procriativo. À concepção de racionalidade e eficiência burguesa soma-se a produtividade. O sexo, subjetivo, humano, prazeroso desaparece. O corpo é negado ao trabalho e na repressão sexual. O ‘eu’ corporal não existe; existem, sim, a civilização e a máscara social. Sobre o sexo nasce a cultura da vergonha e do pecado em níveis tão profundos que nem mesmo a Idade Média tinha conseguido. (NUNES, 1997, p.93).

A partir da Idade Moderna, o debate sobre a fertilidade, antes dominado pela Igreja, é assumido pelo Estado. Os modos de vida produzidos pela modernidade afastam-nos de todos os tipos tradicionais da ordem social de uma maneira sem precedentes.

Ainda no século XVII, Fallopius, grande anatomista, havia inventado o condom (preservativo conhecido como camisinha) somente como proteção contra a sífilis. Entretanto, no século XVIII esse começou a ser utilizado como contraceptivo, pois devido à grande mobilidade e deslocamentos frequentes, marinheiros, cavalheiros, mercadores, advogados e caixeiros viajantes começaram a preferir a amante semi-oficial, segregada da família e mantida em um apartamento ou casa alugada, gerando o nascimento de um grande número de filhos ilegítimos (SPITZNER, 2005, p. 64).

A experiência sexual, como toda a experiência humana, é produto de um complexo conjunto de processos sociais, culturais e históricos, de modo que mudanças significativas surgem na Idade Moderna e no âmbito da Teologia intensifica-se uma renovação da moral sexual e familiar. Thomas Sanches (1550-1610), especialista em casamento, aconselha que não há pecado em esposos que querem manter relacionamento sexual como esposos. (NOONAN, 1965, p.324). A pedra de toque da moralidade matrimonial é a experiência do casal cristão buscando o amor de Deus. Tal casal busca intercuro porque são casados, pois, “se estão em estado de graça e buscam o relacionamento eles agem naturalmente, eles agem bem. Sua intenção virtual é suficiente” (NOONAN, 1965, p.324).

Já Martin Le Maistre (1432-1481 apud NOONAN, 1965, p.307) afirma que “nem todo ato sexual não praticado para gerar filhos é oposto à castidade conjugal), já que o ato sexual pode ser: responder ao parceiro (débito conjugal), evitar cometer adultério, busca de saúde corporal, acalmar a mente”.

Por volta de 1850, Santo Afonso de Ligório (apud NOONAN, 1965, p.491) argumenta que “a posição agostiniana de que o intercuro só pode ser iniciado com finalidade procriativa tinha sido superada, mas a desconfiança em relação ao prazer e indiferença ao amor como propósitos para o intercuro permaneciam”.

Vale ressaltar que “um matrimônio ‘por amor’ a princípios do século XVIII era interpretado como uma aliança desgraçada, no entanto no final do século, sem dúvida, os pais insistiam em que seus filhos se casassem ‘por amor’” (McLAREN, 1993, p.198).

Com isso, os objetivos do casamento passaram a ser revistos. Logo, Ligório reflete uma doutrina de transição: Agostinho é banido, a procriação não precisa ser um propósito para o matrimônio. (NOONAN, 1965, p.329). Tem-se então os seguintes fins do matrimônio e os fins do intercuro sexual: a) Intrínsecos e essenciais: a doação mútua, a obrigação de retornar o débito e o vínculo indissolúvel; b) Intrínsecos e acidentais: procriação e remédio à concupiscência; d) extrínsecos e acidentais: podem ser vários, como, conciliar situações econômicas, obter prazer... Um casamento válido precisar cumprir os bens da categoria a. (NOONAN, 1965, p.328).

Deduz-se, então a posição de que o relacionamento por prazer é lícito desde que os outros fins não sejam excluídos. Esta posição se torna bastante comum no início do século XX. (NOONAN, 1965, p.493). Lima (2018, p. 86) transcorre sobre a importância do amor matrimonial nesse período:

Na encíclica de 1922, *Ubi Arcano*, já apontava Pio XI para fato de que a sociedade era o reflexo da família e que aquela não estava segura em seus fundamentos caso não guardasse a ordem moral do matrimônio e da família. Onze anos depois, em 1933, o mesmo pontífice publica a *Casti Conubii*, onde aponta já para a nobreza do amor conjugal como base do matrimônio e da família, dando sinal de uma evolução do Magistério eclesiástico nesta questão (CC 33). (LIMA, 2018, p. 86).

Com Pio XII, 1951, esta posição é afirmada: que o casal que busca e usufrui do prazer no matrimônio não faz nada de errado. Esta posição, no entanto, não transforma a sexualidade como um fim em si mesmo, separado da procriação. Há um cuidado para não defender o hedonismo anti-cristão. (NOONAN, 1965, p.493).

Dietrich von Hildebrand (1925 apud NOONAN, 1965, p.495) declara que o ato marital “não tem apenas a função de gerar filhos. Ele também é significativo para o ser humano como tal – ou seja, é a expressão a plenitude do amor conjugal e comunidade de vida – e, além disso, participa de um certo modo no sentido sacramental do matrimônio”. Pela primeira vez, um teólogo católico ensina que o amor é um requerimento legítimo para o relacionamento conjugal. Assim, Noonan (1965, p.532) resume a posição da Igreja em 1965: “procriação é boa, a procriação alcança sua plenitude na educação dos filhos, vida inocente é sagrada, a dignidade pessoal dos esposos deve ser respeitada, o amor matrimonial é santo”.

A teologia atual enfatiza que a sexualidade é um dos aspectos importantes tanto do indivíduo como da convivência social. Ela inicia-se junto com a vida e está intimamente ligada às diversas condições do ser humano. Segundo Vidal (2002), a sexualidade humana desdobra-se em três vertentes: em um primeiro momento se orienta para atingir a maturidade e a integração pessoal, o “eu”; o segundo dinamismo é a abertura ao mundo, o “você”; e o terceiro dinamismo da sexualidade é a abertura ao “nós”, trata-se do horizonte social da sexualidade.

Partindo dessas dimensões, uma sexualidade verdadeiramente ética, deve buscar a personalização humana, partindo da diferenciação de cada um e da noção que o ser humano evolui, considerando também que a sexualidade não se resume ao “puramente sexual” (VIDAL, 2002, p. 25), mas a toda a pessoa. O autor ressalta ainda que o ser humano é uma estrutura aberta, a sexualidade possui um caráter interpessoal e sua linguagem autêntica é o amor.

Bento XVI, na Carta encíclica *Deus Caritas Est* (2005), trata do amor divino em sua dimensão mais ampla possível, tanto espiritual quanto material, que passa pelo amor humano em conjunto com a sexualidade. Reportamos a seguir a diferenciação

apresentada pelo Papa Bento XVI dos diferentes tipos de amor: eros e ágape (BENTO XVI, 2005, DCE 6).

Para Bento XVI, o amor eros é o amor mundano, concupiscentiæ, que busca o próprio interesse, possessivo, amor ascendente. Já o amor ágape é o amor fundado sobre a fé e por ela plasmado, benevolentia, oblato, descendente. “Fica assim claro que o eros necessita de disciplina, de purificação para dar ao homem, não o prazer de um instante, mas uma certa amostra do vértice da existência, daquela beatitude para que tende todo o nosso ser” (BENTO XVI, 2005, DCE 4). Todavia, o eros não deve ser negado, mas, deve-se buscar a justa unidade entre ambos, embora em distintas dimensões.

Embora o eros seja inicialmente sobretudo ambicioso, ascendente — fascinação pela grande promessa de felicidade — depois, à medida que se aproxima do outro, far-se-á cada vez menos perguntas sobre si próprio, procurará sempre mais a felicidade do outro, preocupar-se-á cada vez mais dele, doar-se-á e desejará “existir para” o outro. Assim se insere nele o momento da ágape; caso contrário, o eros decai e perde mesmo a sua própria natureza. Por outro lado, o homem também não pode viver exclusivamente no amor oblato, descendente. Não pode limitar-se sempre a dar, deve também receber. Quem quer dar amor, deve ele mesmo recebê-lo em dom (BENTO XVI, 2005, DCE 7).

Partindo do amor, o Papa Bento XVI estabelece uma relação com a sexualidade, a qual tem um caráter positivo (não mais vista relacionada ao pecado, mas, agora ao amor) e definitivo (no sentido da exclusividade e no sentido de ser para sempre). E aponta também que a fé bíblica não se contrapõe ao amor humano, “mas aceita o homem por inteiro intervindo na sua busca de amor para purificá-la, desvendando-lhe ao mesmo tempo novas dimensões” (BENTO, 2006, DCE 8).

Trata-se, desse modo, a aprender a amar, de formar o coração para deixar-se guiar pelo amor para deste modo servir a Deus e ao próximo, como resposta ao dom do amor com que Deus vem ao nosso encontro.

3 EDUCAÇÃO SEXUAL NA CATEQUESE

A Igreja, hoje, olha com mais atenção o processo do desenvolvimento humano-afetivo, para a passagem às diferentes etapas. Essa transição faz com que, muitas vezes, deparemo-nos com adolescentes e jovens, que, mesmo possuindo todos os requisitos para viver uma vida adulta, não encontram condições favoráveis para tornar efetivo o seu desejo de realização. Esta situação, com certeza, tem repercussões no mundo interior e afetivo. É fundamental, portanto, pensar em novas modalidades de ação pastoral e catequética que ajudem a comunidade cristã a interagir com as jovens gerações, acompanhando-as no seu caminho.

Para que a catequese com crianças e adolescentes seja significativa e capaz de atingir seus objetivos, “essa deve considerar introduzir a todas as dimensões da vida cristã ajudando a cada pessoa a iniciar, na comunidade, o seu caminho de resposta a Deus que a procurou” (DC 64). A catequese querigmática “está orientada para formar pessoas que conheçam cada vez melhor Jesus Cristo e seu Evangelho de salvação, que vivam um encontro profundo com Ele e escolham o seu estilo de vida e os seus próprios sentimentos (DC 75). Deste modo, “o encontro com Cristo envolve a pessoa na sua totalidade: coração, mente, sentimentos” (DC 76).

Neste sentido, considera-se a educação sexual parte integrante da formação. Assim, como na escola, também, na catequese, a criança, o adolescente e o jovem entram em contato com outros valores e significados. Daí a importância de falarmos da sexualidade nos encontros de catequese, visto que é através dos valores confrontados que a criança, o adolescente e o jovem elaborarão sua própria conduta. A relevância está em discutir a educação sexual com as crianças e adolescentes como transmissão da realidade sentida por eles. E isto é essencial porque a família, esquivando-se dos assuntos e vivências sexuais dos adolescentes, acaba por não oferecer uma orientação sexual que realmente os auxilie em suas dúvidas e/ou dificuldades, delegando para a escola e/ou para a catequese tarefas primordialmente suas.

Dessa maneira, neste capítulo, analisa-se a questão da educação sexual no contexto da catequese a partir de uma pesquisa realizada em uma paróquia em uma cidade da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná. Será dada ênfase em como os pais dos catequizandos compreendem a abordagem da sexualidade na catequese, se a temática é trabalhada em casa com os filhos e qual diretriz é utilizada para tanto.

3.1 INTRODUÇÃO

A necessidade de se aprofundar o tema da Educação Sexual partiu de catequistas de uma determinada paróquia, situada na Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, em 2017, quando o então coordenador de catequese foi substituir uma catequista de uma turma - quinta etapa, cujos catequizandos estavam na faixa de 13-15 anos. Durante o encontro, surgiram várias perguntas relacionadas à Igreja e à moral. Tais questões versavam sobre: “O que a Igreja pensa a respeito dos homossexuais? Vão todos para o inferno?” “E sobre aborto?” “E a separação? Se, por exemplo, o marido bater na mulher, ela precisa continuar casada? É isso o que a Igreja diz?”, Essas e outras questões surgiram impregnadas de julgamento: “eu ouvi dizer [...]”, “minha vó me falou que é pecado [...]”. E o catequista naquela situação não soube como responder. Quantos catequistas também não saberiam?

Em reunião com os demais catequistas, percebeu-se muita dificuldade em comunicar este assunto que desperta tanta curiosidade e dúvidas nos adolescentes e que, por falta de orientação, acabam formando opiniões entre eles que, na maioria das vezes, têm um prisma equivocado quanto à doutrina da Igreja e, pior, acabam criando uma imagem de uma Igreja opressora e controladora. Essa imagem, às vezes, pode ser reforçada pelos próprios catequistas que, com uma visão rígida e uma orientação baseada no “pode/não pode”, acabam por cancelar a percepção dos jovens.

Na catequese, é fundamental verificar o quanto a teoria e a doutrina da Igreja Católica estão realmente presentes na vivência em comunidade. Foi deste modo que se iniciou o projeto de pesquisa nesta paróquia com o propósito de atuar na educação sexual, estabelecendo um diálogo entre a Igreja – por meio da catequese – e as famílias dos catequizandos. Para esta pesquisa, houve a integração também dos agentes da paróquia com grupo de pesquisa vinculado à área de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. O projeto de pesquisa ali realizado será analisado nesta parte da dissertação.

O objetivo consiste em verificar as orientações do Magistério da Igreja Católica com o posicionamento dos pais de crianças e adolescentes da catequese no tocante à sexualidade. Este objetivo desdobra-se em outros três objetivos: identificar o vínculo entre Sexualidade e Amor nos documentos do Magistério da Igreja; mapear o quanto os pais de crianças e adolescentes da catequese falam sobre sexualidade,

relacionando sexualidade e amor, verificando se estes apoiam que a temática seja abordada na catequese; relacionar as orientações do Magistério da Igreja com a visão dos pais sobre a sexualidade.

3.2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa-ação, por ser um caminho que interliga conhecimento (pesquisa bibliográfica) e ação. Participaram da pesquisa 225 pais de crianças e adolescentes que participam da catequese na paróquia. Os dados coletados foram armazenados e analisados com o apoio de software utilizado para análise de dados (estatística), já disponível nos sistemas de pesquisa da PUCPR: o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), criado pela IBM (International Business Machines Corporation). Os registros estarão sob a responsabilidade dos pesquisadores e não serão disponibilizados, ou repassados a outros projetos de pesquisa.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR - n. do parecer: 2.348.501, de 25 de outubro de 2017. A abordagem dos participantes da pesquisa ocorreu do seguinte modo: o instrumento foi entregue aos participantes da pesquisa da seguinte forma: inicialmente, foram explicados os objetivos e método da pesquisa; distribuiu-se separadamente o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e o Questionário da Pesquisa; disponibilizaram-se duas urnas: uma para os participantes depositarem o TCLE (preenchido ou não) e a outra para depositarem o questionário (preenchido ou não). Deste modo, as pessoas que não desejaram participar da pesquisa ficaram livres para devolverem o TCLE e questionário sem preenchimento. De 290 instrumentos distribuídos, 225 foram considerados válidos por serem preenchidos adequadamente.

3.3 RESULTADOS

Após coletados os dados, estes foram digitados no programa SPSS que fez a análise, ou seja, transformou os questionários em tabelas, permitindo uma compreensão geral da pesquisa. Diante do panorama da pesquisa de campo apresentado, compreendemos que o questionário, o qual encontra-se nos anexos,

permitiu analisar diversas orientações acerca da educação sexual para a comunidade em questão.

Para o presente trabalho, escolhemos as perguntas relacionadas com a questão da sexualidade como tema de estudo na catequese. São elas:

1. "Você conversa sobre sexualidade com teu filho/a?"
2. "Para você, a sexualidade deve ser tema de estudo na catequese?"
3. Questões cruzadas "Você conversa sobre sexualidade com teu filho/a?" x "A sexualidade deve ser tema de estudo na catequese?"
4. "Como você se posiciona se o/a catequista falar que a sexualidade é uma parte importante e valorizada na vida cristã?"
5. "Como você se posiciona se o/a catequista falar que o amor é a força central da vida: que pode nos levar à alegria e prazer e/ou exigir sacrifícios?"
6. "Como você se posiciona se o/a catequista falar que o ato sexual só é recomendado no casamento?"
7. "Como você se posiciona se o/a catequista falar que em todas as situações o amor é a condição básica para que o ato sexual seja plenamente humano?"

A seguir, são apresentados os resultados das perguntas do questionário e o cruzamento de duas destas.

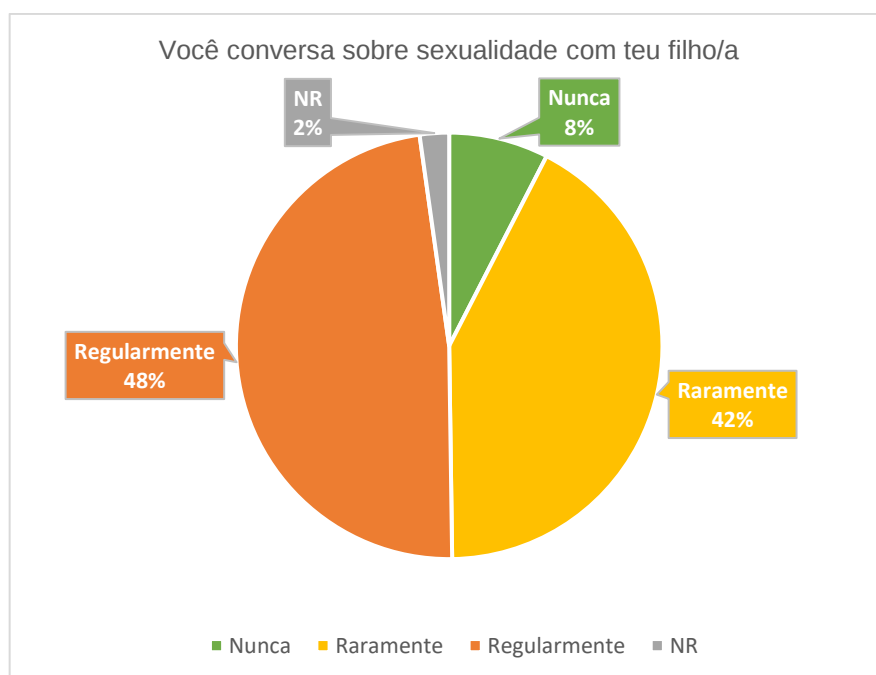
1. "Você conversa sobre sexualidade com seu filho/a?"

7,8% dos pais responderam "nunca", 42,2% "raramente", 48,0% "regularmente" e 2,2% não responderam, conforme Tabela 1 e Gráfico 1.

Tabela 1. Você conversa sobre sexualidade com teu filho/a?

	Frequência	Porcentagem
Nunca	17	7,6
Raramente	95	42,2
Regularmente	108	48,0
NR	5	2,2
Total	225	100,0

Fonte: Os autores, 2018.

Gráfico 1: Você conversa sobre sexualidade com seu/sua filho/a?

Fonte: Os autores, 2018.

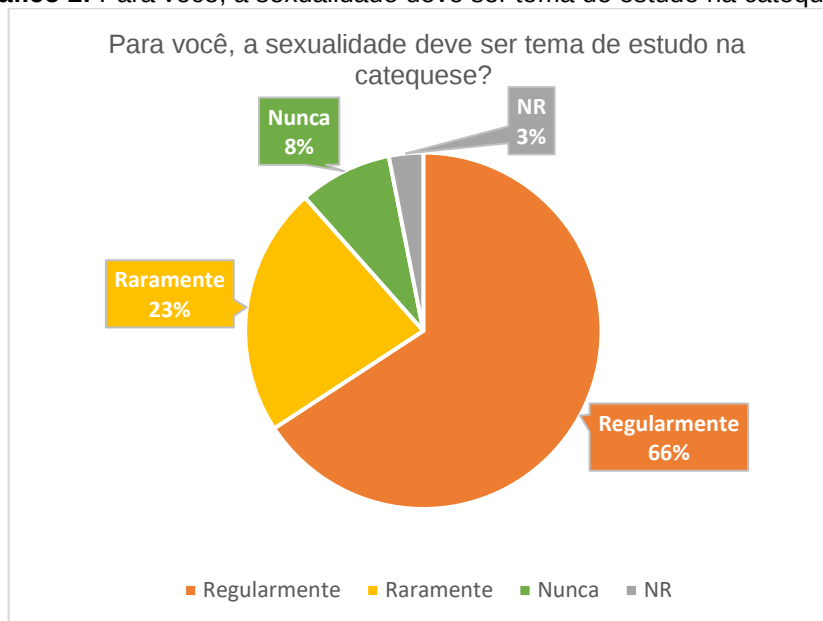
2. “Para você, a sexualidade deve ser tema de estudo na catequese?”

8,4% dos pais responderam ‘nunca’, 22,7% responderam ‘raramente’, 65,8% responderam ‘regularmente’ e 3,1% não responderam, como mostra a Tabela 2 e o Gráfico 2.

Tabela 2. Para você, a sexualidade deve ser tema de estudo na catequese?

	Frequência	Porcentagem
Regularmente	148	65,8
Raramente	51	22,7
Nunca	19	8,4
NR	7	3,1
Total	225	100,0

Fonte: Os autores, 2018.

Gráfico 2: Para você, a sexualidade deve ser tema de estudo na catequese?

Fonte: Os autores, 2018.

3. Questões cruzadas: *"Você conversa sobre sexualidade com teu filho/a?"* x *"A sexualidade deve ser tema de estudo na catequese?"*.

As perguntas realizadas aos pais foram: 1- "Você conversa sobre sexualidade com seu filho/a?" e 2- "A sexualidade deve ser tema de estudo na catequese?". Entre os pais que responderam "nunca" para a primeira pergunta, 23,5% gostariam de manter a opinião de que este tema "nunca" fosse exposto na catequese. Já 23,5% responderam que "raramente" esse tema deve ser abordado, e 52,9% dos pais gostariam que este fosse tema de estudo "regularmente" na catequese.

Dos pais que responderam que "raramente" conversam com seus filhos sobre sexualidade, 7,4% responderam que gostariam que este tema "nunca" fosse tratado na catequese, 29,5% responderam que "raramente" e 60,0% acreditam que a sexualidade deveria ser "regularmente" tema da catequese.

Entre os pais que responderam que "regularmente" conversam com seus filhos sobre sexualidade, 4,6% acreditam que este tema "nunca" deveria ser abordado na catequese, 17,6% acreditam que "raramente" a sexualidade deveria ser tema de estudo na catequese e 74,1% acreditam que "regularmente" deveria a sexualidade ser tópico. Possuem situações marcadas como NR, ou seja, não responderam, conforme Tabela 3.

Tabela 3. Tabela cruzada: “Você conversa sobre sexualidade com teu filho/a?” x “A sexualidade deve ser tema de estudo na catequese”.

Você conversa sobre sexualidade com teu filho/a?	A sexualidade deve ser tema de estudo na catequese?				Total
	Nunca	Raramente	Regularmente	NR	
Nunca	4	4	9	0	17
	23,5%	23,5%	52,9%	0,0%	100,0%
Raramente	7	28	57	3	95
	7,4%	29,5%	60,0%	3,2%	100,0%
Regularmente	5	19	80	4	108
	4,6%	17,6%	74,1%	3,7%	100,0%
NR	3	0	2	0	5
	60,0%	0,0%	40,0%	0,0%	100,0%
Total	19	51	148	7	225
	8,4%	22,7%	65,8%	3,1%	100,0%

Fonte: Os autores, 2018.

4. *“Como você se posiciona se o/a catequista falar que a sexualidade é uma parte importante e valorizada na vida cristã?”*

37,3% dos pais responderam “incentivo”, 51,6% “aceito”, 4,9 “tolero”, 4,4% “reprovo” e 1,8% não responderam, conforme Tabela 4 e Gráfico 3.

Tabela 4. Como você se posiciona se o/a catequista falar sobre “A sexualidade é uma parte importante e valorizada na vida cristã”?

	Frequência	Porcentagem
Incentivo	84	37,3
Aceito	116	51,6
Tolero	11	4,9
Reprovo	10	4,4
NR	4	1,8
Total	225	100,0

Fonte: Os autores, 2018.

Gráfico 3: Como você se posiciona se o/a catequista falar sobre “A sexualidade é uma parte importante e valorizada na vida cristã”?



Fonte: Os autores, 2018

5. “Como você se posiciona se o/a catequista falar que o amor é a força central da vida: que pode nos levar à alegria e prazer e/ou exigir sacrifícios?”

42,7% dos pais responderam “incentivo”, 40,4% “aceito”, 6,2% “tolero”, 5,3% “reprovo” 5,3% não responderam, conforme Tabela 5 e Gráfico 4.

Tabela 5. Como você se posiciona se o/a catequista falar que o amor é a força central da vida: que pode nos levar à alegria e prazer e/ou exigir sacrifícios?

	Frequência	Porcentagem
Incentivo	96	42,7
Aceito	91	40,4
Tolero	14	6,2
Reprovo	12	5,3
NR	12	5,3
Total	225	100,0

Fonte: Os autores, 2018.

Gráfico 4: Como você se posiciona se o/a catequista falar que o amor é a força central da vida: que pode nos levar à alegria e prazer e/ou exigir sacrifícios?



Fonte: Os autores, 2018.

6. “Como você se posiciona se o/a catequista falar que o ato sexual só é recomendado no casamento?”

29,3% dos pais responderam “incentivo”, 39,6% “aceito”, 12,0% “tolero”, 12,0% “reprovo”, 1,3% “me revoltou” e 5,8% não responderam, segundo Tabela 6 e Gráfico 5.

Tabela 6. Como você se posiciona se o/a catequista falar que o ato sexual só é recomendado no casamento?

	Frequência	Porcentagem
Incentivo	66	29,3
Aceito	89	39,6
Tolero	27	12,0
Reprovo	27	12,0
Me revoltou	3	1,3
NR	13	5,8
Total	225	100,0

Fonte: Os autores, 2018.

Gráfico 5: Como você se posiciona se o/a catequista falar que o ato sexual só é recomendado no casamento?



Fonte: Os autores, 2018.

7. "Como você se posiciona se o/a catequista falar que em todas as situações o amor é a condição básica para que o ato sexual seja plenamente humano?"

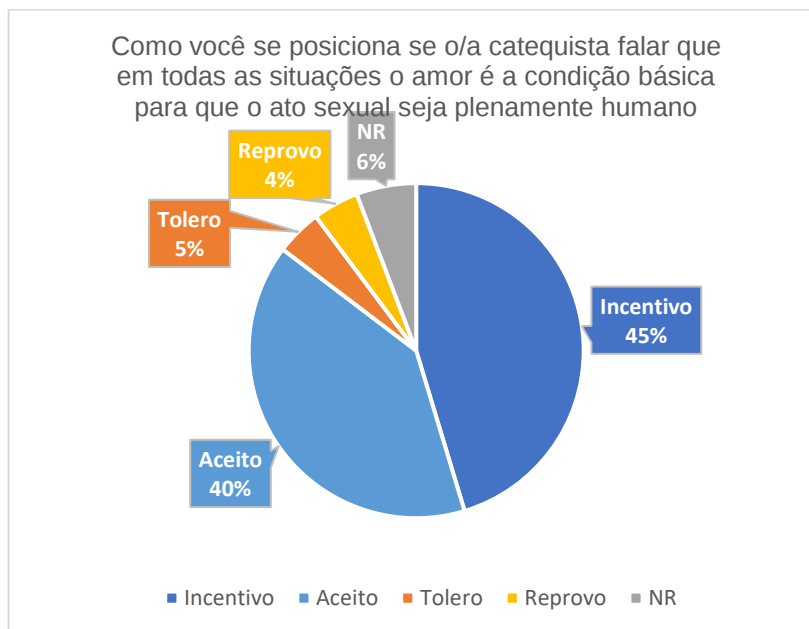
45,3% dos pais responderam "incentivo", 40,0% "aceito", 4,4% "tolero", 4,4% "reprovo", 5,8% não responderam, conforme Tabela 7 e Gráfico 6.

Tabela 7. Como você se posiciona se o/a catequista falar que em todas as situações o amor é a condição básica para que o ato sexual seja plenamente humano?

	Frequência	Porcentagem
Incentivo	102	45,3
Aceito	90	40,0
Tolero	10	4,4
Reprovo	10	4,4
NR	13	5,8
Total	225	100,0

Fonte: Os autores, 2018.

Gráfico 6: Como você se posiciona se o/a catequista falar que em todas as situações o amor é a condição básica para que o ato sexual seja plenamente humano?



Fonte: Os autores, 2018.

3.4 DISCUSSÃO E ANÁLISE

Neste item, abordam-se duas temáticas com base nas respostas obtidas: a primeira trata da importância de falar sobre sexualidade na família, nas escolas e nas igrejas; a segunda é a relação entre amor e sexualidade e o que os pais dos catequizandos compreendem sobre sexualidade e se esta visão vai ao encontro do que o Magistério orienta.

3.4.1 Conversar sobre sexualidade

Com a pesquisa realizada, percebeu-se que, apesar de uma minoria não gostar que se falasse do tema da sexualidade na catequese, a qual deve ser respeitada, percebe-se uma abertura ao tema e a necessidade de abordá-lo, com o cuidado de comunicar sempre aos pais antes, em consideração aos que resistem à temática. Dado ser um tema polêmico e pouco discutido nos espaços catequéticos, é preciso voltar-se aos documentos da Igreja para obter uma base sólida e melhor educar sobre o tema.

Conforme a tabela 1 (p. 35), percebe-se que a realidade da comunidade pesquisada é a de que os 48,0% dos pais “regularmente” têm falado sobre sexualidade com seus filhos e 42,2% “raramente”. Apenas 7,6% dos pais carregam ainda um certo preconceito sobre sexualidade dentro de casa e “nunca” falam com seus filhos, apesar de eles serem os primeiros educadores neste campo.

Convém ressaltar que é necessário conversar com os filhos, pois a sexualidade precisa deixar de ser tabu nas famílias, visto que é o melhor lugar para que as crianças e adolescentes aprendam sobre uma sexualidade humanizada, positiva e amorosa. Caso contrário, eles aprenderão nas ruas, com amigos, na internet, muitas vezes, em locais onde se passa uma ideia de uma sexualidade que busca seu próprio prazer, distante da concepção da Igreja e que acaba sendo maléfica.

Segundo Javierre (1983, n. 48):

A família, de fato é o melhor ambiente para cumprir a obrigação de garantir uma gradual educação da vida sexual. Ela tem uma carga afetiva capaz de fazer aceitar sem traumas mesmo as realidades mais delicadas e a integrá-las harmonicamente numa personalidade equilibrada e rica.

A Igreja, por sua vez, deve abordar todos os temas que abrangem a vida do ser humano, assim também a sexualidade, vista de uma forma positiva e oblativa. Quando perguntados, os pais, se a sexualidade deveria ser tema de estudo na catequese, houve grande apoio, sendo que 65,8% responderam que “regularmente” e 22,7% “raramente” e apenas 8,4% dos pais acredita que a catequese não deveria trabalhar temas relacionados a sexualidade, conforme registrado na tabela 2 (p. 36). Cabe ressaltar que esta temática já vem sendo trabalhada há muito tempo sobre outras vestes, por exemplo: quando se trata do nascimento de Jesus e da concepção virginal de Maria; no mandamento da castidade. Neste momento são levantadas muitas dúvidas pelas crianças e adolescentes. Todavia, para trabalhar temas específicos da educação sexual, falta ainda um preparo adequado para os/as catequistas.

A tabela 3 (p. 38) desperta dados curiosos, enquanto propõe o cruzamento de duas perguntas: pais que falam ou não com seus filhos sobre sexualidade e o que eles pensam sobre a sexualidade ser trabalhada na catequese. Os pais que falam “regularmente” com seus filhos sobre sexualidade acreditam com maior convicção que ela deve ser tema de estudo na catequese. Estes resultaram em 74,1%. Entre os pais que “nunca” falam sobre sexualidade com seus filhos, foram 23,5% que também não

gostariam que esta fosse tema de estudo na catequese. Estes pais devem ser respeitados e quando, na catequese, for trabalhado algum tema relacionado à sexualidade, sugere-se que se comunique, com antecedência, a data do encontro e o que será trabalhado, para que eles possam decidir se o filho irá ou não participar do encontro. O dado surpreendente foi que entre os pais que “nunca” falam sobre sexualidade com seus filhos 52,9% gostariam que este fosse um tema regular na catequese. Esse dado mostra confiança na Instituição e na qualidade da informação que será transmitida. Tudo isso reforça a importância de bem preparar os catequistas para esta tarefa.

A catequese é chamada a ser terra fecunda na renovação de toda a comunidade eclesial. Assim, para levar os fiéis à maturidade da fé ela deve apresentar os valores positivos da sexualidade, integrando-os com os da virgindade e do matrimônio, à luz do Mistério de Cristo e da Igreja (JAVIERRE, 1983, n. 56).

Não basta apenas a sexualidade ser tema de estudo na catequese, mas é importante verificar como o tema é desenvolvido. É essencial cuidar da formação dos catequistas e “assegurar que os catequistas sejam devidamente preparados, de forma que conheçam perfeitamente a doutrina da Igreja e aprendam a teoria e na prática as normas da psicologia e as disciplinas pedagógicas” (DC114e). Nesse sentido, a “catequese é uma atividade tão fundamental para a vida de uma Igreja particular [...]” (DC 417). Trata-se, portanto, de “formar catequistas que sejam capazes de transmitir não apenas um ensinamento, mas também uma formação cristã integral, desenvolvendo “tarefas de iniciação, de educação e de ensino” (DC 135b), pois o Espírito Santo se vale da preciosa e competente colaboração deles para que o Evangelho seja acolhido por todos.

3.4.2 Relação entre sexualidade e amor

As perguntas 4, 5, 6 e 7 têm um enfoque maior na relação entre a Sexualidade e o Amor, tema presente na Encíclica *Deus Caritas Est*. Nesta encíclica, o Papa Bento XVI, apoiando-se em 1Cor 13, lembra que o amor deve ser sempre a força central da vida e enfatiza que acima da fé e da esperança está o amor. Esta reflexão remete-nos à próxima pergunta, cujos dados são representados na Tabela 5 (p. 39). Quando os pais foram perguntados qual posicionamento teriam caso o catequista afirmasse que

o amor é a força central da vida (que pode nos levar à alegria e prazer e/ou exigir sacrifícios), obtivemos o seguinte resultado: 89,3% dos pais afirmaram positivamente, mostrando estarem em sintonia com o Magistério da Igreja. Foram consideradas positivas as respostas: “incentivo”, “aceito” e “tolero”, apesar de que a ideal seria “incentivo”, ainda assim “aceito” e “tolero,” por não apresentar restrições ao tema da pergunta, não são vistas como negativas. Já “reprovo” e “me revolto”, cuja última a legenda remetia a “vou reclamar com o padre”, são vistas como respostas negativas.

Esta pergunta demonstra uma perspectiva otimista em relação ao que os pais entendem no campo da sexualidade. O posicionamento dos pais acerca do amor como força central da vida contribui se bem trabalhado, esclarecido e reforçado, para a educação sexual na catequese. Como já apontado neste trabalho, o amor que se propõe aqui é a junção do eros com ágape, um amor que quer realização, prazer e felicidade pessoal, mas também quer proporcionar tudo isto ao outro. Não se trata de um amor egoísta. Este amor pode levar à alegria e ao prazer, ou, como apresenta a segunda parte da pergunta, exigir sacrifícios. Para fazer o outro feliz, é necessário renunciar a algo. Não se trata de anulação, mas de uma completa doação. E, nesta busca pela realização própria e do outro, a sexualidade é um componente essencial da vida cristã. Sobre o amor conjugal, Vidal disserta:

É um amor livre, isto é, nascido do encontro gratuito entre duas pessoas não condicionadas previamente, tal como acontece no amor paterno-filial ou fraternal. É um amor totalizador, não no sentido de uma posse exclusivista, mas na forma positiva de uma doação total e definitiva. É um amor **fecundo**, com a fecundidade própria de todo ser vivo: propiciando a continuidade da espécie a partir da originalidade inalienável do indivíduo. É um amor fundamentado na **promessa** e na **decisão** na medida em que supera o caráter momentâneo da paixão e se situa no nível da infinitude e da eternidade (VIDAL, 2002, p. 215 – grifos do autor).

Na primeira pergunta desta parte representada na Tabela 4 (p. 38), detectamos que 93,8% dos pais responderam positivamente quanto à sexualidade ser abordada dentro da catequese, como uma parte importante e valorizada na vida cristã. Percebe-se a valorização e a abertura ao diálogo sobre a sexualidade e, além disso, uma visão positiva dela. Constata-se que para a grande maioria dos membros dessa comunidade a visão negativa da sexualidade correspondente a pecado, culpa e castigo está superada. A perspectiva negativa já foi muito defendida dentro da Igreja, principalmente por Santo Agostinho, adepto da filosofia neoplatônica que defendia a separação de corpo e alma.

Apesar de ainda se encontrar vestígios dessa teologia, atualmente, percebe-se que, aos poucos, ela vem sendo superada. Em 1995, é descrita como: “A sexualidade é uma componente fundamental da personalidade, um modo de ser, de se manifestar, de comunicar com os outros, de sentir, de expressar e de viver o amor humano” (SHV 10). Segundo Ranke-Heinemann (1996, p. 103), para Agostinho: “O castigo pela Queda foi primeiro lançado sobre o reino da sexualidade. A atitude da hierarquia celibatária da Igreja é uma só: o lócus por excelência do pecado está no sexo”. Em contrapartida, com o Papa Francisco a união sexual “é, por sua vez, caminho de crescimento na vida da graça para os esposos. É o mistério nupcial. O valor da união dos corpos está expresso nas palavras do consentimento, pelas quais se acolheram e doaram reciprocamente para partilhar a vida toda” (AL 74.)

Em 2018, o Papa Francisco propôs a seguinte resposta para um jovem francês, que lamentou a falta de atenção e de compreensão por parte dos adultos sobre problemas de amor e de sexualidade e perguntou como nós deveríamos posicionar-nos numa sociedade na qual o corpo é profanado:

A sexualidade, o sexo, é um dom de Deus. Nenhum tabu. É um dom de Deus, um dom que o Senhor nos oferece. Tem duas finalidades: amar-se e gerar vida. É uma paixão, é o amor apaixonado. O verdadeiro amor é apaixonado. O amor entre um homem e uma mulher, quando é apaixonado, leva-te a dar a vida para sempre. Sempre. E a dá-la com o corpo e a alma (FRANCISCO, Diálogo do Papa Francisco com um grupo de jovens da Diocese de Grenoble-Vienne, França, 2018).

Como já dissemos, a carta encíclica *Deus Caritas Est* foi o primeiro documento papal a tratar unicamente sobre o Amor e a Sexualidade. O Papa Bento XVI apresenta a sexualidade como algo positivo e importante na vida cristã, contudo, ressalta que o homem deve buscar, por meio do amor, purificá-la (DCE 5).

Na pergunta de pesquisa número 7: “Como você se posiciona se o/a catequista falar que em todas as situações o amor é a condição básica para que o ato sexual seja plenamente humano?”

Ficamos surpreendidos, pois 89.7% das respostas foram positivas, como apresenta a tabela 7 (p. 41). Mais uma vez percebe-se que a visão dos pais aproxima-se da doutrina da Igreja. E em conjunto com a afirmação que o amor é a força central da vida, esta pergunta contribui para dar ênfase na necessidade de uma educação sexual de qualidade. Quando se reforça na ação educativa que o amor é a condição básica para que o ato sexual seja plenamente humano, indiretamente condena-se

qualquer tipo de utilização da força e de abuso sexual, como bem nos lembra o Papa Francisco:

[...] a exploração sexual da infância constitui uma das realidades mais escandalosas e perversas da sociedade actual. [...] O abuso sexual das crianças torna-se ainda mais escandaloso, quando se verifica em ambientes onde deveriam ser protegidas, particularmente nas famílias e nas comunidades e instituições cristãs (AL 45).

A última questão que será comentada é esta: “Como você se posiciona se o/a catequista falar que o ato sexual só é recomendado no casamento?” Essa questão foi a que obteve o maior percentual negativo de respostas. A resposta “reprovo” teve 12,0% de adeptos e “me revolto” aparece pela primeira vez com 1,3% (tabela 6 – p. 40), totalizando as respostas negativas em 13,3%. As respostas dos participantes não deixam clara a posição dos que não concordam enquanto possui certa ambiguidade: os pais não concordam que este tema seja assunto na catequese, pois afirmam que somente o casamento não garante a plenitude do ato sexual ou porque consideram que o ato sexual também pode ser recomendado fora do casamento tanto em casais de namorados, casais de segunda união, quanto com casais de união estável ou até mesmo relacionamentos extraconjugais.

Há hoje uma nova cultura quanto ao ato sexual. Antigamente, considerava-se que o ato sexual só seria válido dentro do matrimônio; hoje, muitos casais vivem uma realidade diferente, como, por exemplo, casais que moram junto, mas não contraíram o matrimônio; casais de segunda união etc. Percebe-se, também, que o matrimônio por si só não garante a plenitude do ato. Muitos casais esquecem-se que o amor é a condição básica da relação matrimonial e, assegurados pela convicção de que o casamento autorizava o ato sexual, passam a cometer abusos com seus/suas parceiros(as). Este é um fenómeno muito presente na sociedade hoje, principalmente, com as mulheres que são vítimas de abuso sexual, as quais continuam acreditando que é correto continuar o relacionamento com o próprio agressor, mesmo que frustradas e cansadas. Destaca-se que o amor e não o casamento é a base para o que o ato sexual seja plenamente humano e cristão. O papa Bento XVI, na *Deus Caritas Est*, deixa claro e reforça o carácter único e definitivo da relação sexual, a qual, se for pautada no amor, sucumbirá a estes requisitos (DCE 5).

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

De acordo com as perguntas do questionário aplicado, observa-se que a visão dos pais no que se refere à Sexualidade e ao Amor, corresponde ao pensamento do Magistério da Igreja. Ambos percebem que a sexualidade é uma parte importante e valorizada na vida cristã, que o amor é a força central da vida (que pode nos levar à alegria e prazer e/ou exigir sacrifícios) e que o ato sexual só é recomendado no casamento, contudo, em todas as situações, o amor é a condição básica para que o ato sexual seja plenamente humano.

No início da pesquisa, esperava-se uma maior recepção negativa por parte dos pais, por ser um tema polêmico e pouco trabalhado na catequese. Buscava-se ter uma base mais nítida de como eles pensavam para então poder por meio da catequese abordar aos poucos o tema da educação sexual. No entanto, as respostas surpreenderam positivamente, já que os pais estão mais abertos ao diálogo e suas ideias estão mais próximas da doutrina da Igreja do que o esperado.

Especificamente no tema Amor e a Sexualidade, pode-se em uma futura educação sexual reforçar este ponto. Constatou-se que este tema já está consolidado nas famílias, portanto, será mais fácil abordar temas como abuso sexual, homossexualidade, sexo antes e fora do casamento, promiscuidade, masturbação. Estes temas, quando abordados à luz do amor, fogem de uma educação do “pode ou não pode”, mas orientam para o desenvolvimento da consciência dos próprios atos e para uma maturidade moral diante das próprias escolhas.

4 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O fenômeno da violência sexual é hoje reconhecido como uma violação dos direitos fundamentais e dos direitos sexuais e reprodutivos. É um fenômeno social que possui uma dimensão global e é caracterizado por muitos estudiosos, inclusive pelo Papa Francisco como uma “crise global, crise de consciência, uma patologia que, por aproximadamente setenta anos, vem corroendo silenciosamente e abalando as estruturas da família e da Igreja. É um fenômeno que atinge países da Europa, da Ásia, das Américas, da África e da Oceânia, enfim todos os países do mundo. Os sistemas de notificações de denúncias mostram o quanto este “mal” vem se alastrando sobretudo, nos últimos tempos.

Dados estatísticos revelam que o isolamento social na pandemia potencializou o aumento de casos de abuso contra crianças e adolescentes, 90% dos casos de violência sexual e outros tipos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem no ambiente familiar, por pais, avós, padrastos, praticados por quem tem o dever legal de proteger a vítima (BRASIL, 2021, p. 7). Durante a pandemia o risco para as crianças tornou-se ainda maior, pois estão convivendo mais diretamente com o agressor.

O problema maior diante dessa questão é que somente 10% dos casos chegam ao conhecimento das autoridades competentes, já que os familiares não querem, de regra, a punição do agressor, que costuma ser um parente. Muitas vezes, buscam responsabilizar a própria vítima, ou desacreditam na criança quando é feita a revelação do abuso sexual. Durante a pandemia, os casos de violência e abuso sexual contra crianças aumentaram 26% (BRASIL, 2021, p. 11).

Como já acenamos, o palco de violências não é apenas o ambiente doméstico, mas também o do bairro, da escola, do desporto e, infelizmente, também o ambiente eclesial. Os abusos clericais não são apenas de natureza sexual, mas também de poder e de consciência (abusos que começam como testemunham os relatórios no confessional). O que Papa Francisco vai questionar desde o início do seu pontificado, em 2013, não as causas das práticas pedófilas ou de outras práticas sexuais desviantes ou maus-tratos, mas o fenômeno do silêncio da Igreja, o silêncio conivente.

Em 2014, numa homilia da missa celebrada na Capela da Casa Santa Marta, com algumas vítimas de abusos sexuais por parte do clero, Francisco disse:

Sinto no meu coração angústia e pesar pelo fato de alguns padres e bispos terem violado a inocência de menores – e a sua própria vocação sacerdotal –, abusando deles sexualmente. Trata-se de algo mais que atos desprezíveis; é uma espécie de culto sacrílego, porque estes meninos e meninas tinham sido confiados ao carisma sacerdotal para os conduzir a Deus e eles sacrificaram-nos ao ídolo da sua concupiscência. Profanaram a própria imagem de Deus, pois foi à imagem d'Ele que fomos criados (FRANCISCO, 2014).

O Papa Francisco condena com “dor e vergonha” as “atrocidades” dos abusos sexuais derivados de um modo anômalo de entender a autoridade na Igreja”, de poder exercido por muitos sacerdotes e bispos em muitas comunidades onde ocorreram as condutas de abuso sexual, mas, sobretudo, pelo silêncio negligenciado por muito tempo pela comunidade eclesial diante do mal e da gravidade do dano causado às vítimas. E, reafirma o compromisso da Igreja em garantir a proteção de menores e de adultos em situações de vulnerabilidade.

A crise das violências sexuais levou a Igreja a propor políticas e procedimentos de cuidado e de proteção dos menores e dos adultos vulneráveis e também a estabelecer decisões concretas no tratamento dos casos de abuso sexual de menores. Além disso, a Igreja passou a tratar o tema da sexualidade com maior cuidado e competência, propondo formação tanto para os futuros sacerdotes e religiosos, de maneira explícita uma visão integral da formação dos futuros clérigos, bem como, formação integral e especializada de catequistas.

Diante disso, vimos no capítulo anterior, que 89,7% dos pais são favoráveis a tratar do tema da sexualidade na catequese. As respostas nucleadas em “incentivo”, “aceito” e “tolero” revelam o apoio ao catequista para que aborde a temática da sexualidade e amor, como condição básica para que o ato sexual seja plenamente humano conforme demonstrado na Tabela 7 (p. 41). Se o amor é condição básica para que o ato sexual seja plenamente humano, pode-se concluir que ele não pode ser forçado, imposto, exigido, ou seja, o amor não pode ser violento. Principalmente quando se aborda a educação sexual para crianças e adolescentes, é fundamental deixar este ponto claro. A violência não é amor e o ato sexual deve ter relação com o amor, do contrário, é abuso sexual. Na sequência, aprofundaremos o tema.

4.1 EDUCAÇÃO FAMILIAR E DIREITOS DAS CRIANÇAS

A discussão sobre os direitos das crianças e adolescentes é recente em todo o mundo (décadas de 70-80). Antes elas eram vistas como propriedade pertencentes

aos seus pais/responsáveis. Era comum a educação familiar ser rígida e as crianças vistas como mão de obra.

Na Antiguidade e na Idade Média não havia concepção de infância por esse motivo, ela era identificada com suas particularidades e qualidades próprias. Ao longo da Idade Média, as crianças eram usadas como mão-de-obra. Ao mesmo tempo, a educação era um privilégio disponível para alguns homens, as mulheres eram proibidas de acessar a educação. O conceito de infância como a conhecemos hoje não apareceu até o século XVII (JAÉN, 2018, p. 13, tradução própria).

Dentro de casa, quem comandava eram os pais/responsáveis pelos menores, nem o Estado nem a Igreja podia intervir. E diversos abusos ocorriam, muita violência estava envolvida, violência física, psicológica e a sexual. Somente em 1990, com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), surgiram, no Brasil, as primeiras leis para proteção da criança e do adolescente. Nesse sentido, as situações como maus tratos e abuso sexual de menores passaram a ser consideradas crimes.

Considerado o maior símbolo dessa nova forma de se tratar a infância e a adolescência no país, o ECA inovou ao trazer a proteção integral, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta. Também reafirmou a responsabilidade da família, sociedade e Estado de garantir as condições para o pleno desenvolvimento dessa população, além de colocá-la a salvo de toda forma de discriminação, exploração e violência (ECA, 2022, p. 8).

Percebe-se como a abordagem sobre a violência sexual é relevante, pois, durante o período de 2006-2007, em 27 municípios brasileiros selecionados, entre criança de 0 a 9 anos, a violência sexual foi o maior tipo de violência atendido nos serviços de referência com 44%. E entre os adolescentes de 10 a 17 anos também a violência sexual esteve em primeiro lugar (com 56%) acima da violência física, psicológica, negligência e financeira (BRASIL, 2010). Outro dado relevante, no mesmo estudo realizado na faixa etária de 0-9 anos, é que 58% o local de ocorrência das violências é a própria residência e, de 10-17anos, 50% também a própria residência, neste caso igualado com a soma dos demais lugares: a via pública, as unidades de saúde, outros e ignorado.

Vale ressaltar que o termo “violência sexual” nessa faixa etária engloba tanto o abuso sexual infantil em si e a exploração sexual infantil, que antigamente era conhecido pelo termo prostituição infantil, o qual foi atualizado, visto que uma criança não se prostitui, mas é colocada nesta situação. Outro termo que precisa ser

esclarecido é o termo “pedófilo”. Esse termo é atrelado a pessoas que sentem atração sexual por crianças, mas não necessariamente as colocam em prática, ou seja, na maioria das vezes, não são de fato abusadores sexuais infantis. Prusak (2020) mencionou que dois terços dos pedófilos podem ser descritos como ‘pedófilos não ofensores’, ou seja, apesar de seus impulsos sexuais por crianças nunca os colocam em ação.

O assunto vem sendo tratado no âmbito eclesial, e o Papa Francisco, em sua Carta Apostólica “*Vos estis lux mundi*” (2019), escreve:

Os crimes de abuso sexual ofendem Nosso Senhor, causam danos físicos, psicológicos e espirituais às vítimas e lesam a comunidade dos fiéis. Para que tais fenômenos, em todas as suas formas, não aconteçam mais, é necessária uma conversão contínua e profunda dos corações, atestada por ações concretas e eficazes que envolvam a todos na Igreja, de modo que a santidade pessoal e o empenho moral possam concorrer para fomentar a plena credibilidade do anúncio evangélico e a eficácia da missão da Igreja (FRANCISCO, 2019, INTRODUÇÃO).

Uma boa forma de prevenção é a informação e, no caso dos crimes sexuais infantis, é a educação sexual para crianças e adolescentes. As escolas raramente trabalham o tema e quando o fazem é de uma forma estritamente biológica. Por que o tema da educação sexual para crianças e adolescentes não pode ser trabalhado de uma forma humana e com base no respeito mútuo em nossas Igrejas? Quais são os obstáculos que nos impedem?

4.2 ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A IGREJA

O abuso sexual de crianças e adolescentes pode ser compreendido como “todo ato de natureza erótica, com ou sem contato físico, com ou sem uso de força, entre um adulto ou adolescente mais velho e uma criança ou adolescente”, segundo a Cartilha Maio Laranja do Governo Federal Brasileiro (BRASIL, 2021, p. 6). Existe o abuso sexual intrafamiliar e o extrafamiliar: o abuso intrafamiliar é caracterizado por ser praticado pelos agressores que têm um vínculo de confiança: pais, tios, avós, primos etc.; já o abuso extrafamiliar pode ser praticado por alguém conhecido que ocupe um papel significativo na vida da criança, como algum amigo(a) da família, professor(a), lideranças religiosas, vizinho(a) ou alguém desconhecido. A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) em seu levantamento identificou que “a

violência sexual acontece, em 73% dos casos, na casa da própria vítima ou do suspeito, mas é cometida por pai ou padrasto em 40% das denúncias” (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2020, s/p).

Diante desses números, há a necessidade de uma nova compreensão do que a Igreja compreende com abuso sexual e como vem trabalhando a educação sexual na catequese como forma de prevenção.

Em outros tempos, era justificável e encorajador que a educação sexual partisse e fosse unicamente dos pais e que ela fosse tardia. Na contemporaneidade, é preciso atualizar, tanto quem educa quanto a idade em que se deve ter os primeiros contatos com a temática. A família como educadora primária ainda é fundamental, mas é essencial garantir a proteção das crianças e adolescentes principalmente quanto ao abuso sexual.

Dessa forma, é de extrema importância a parceria com outras instituições no processo de uma educação sexual e de prevenção. Escola, Igreja e família são espaços de evangelização. “A ação evangelizadora deve ser bem coordenada, porque ela visa a unidade da fé, a qual sustenta todas as ações da Igreja. A Catequese tem uma relação direta com a pastoral familiar, juvenil e vocacional, bem como com a pastoral universitária” (DC 420).

Compreende-se, assim, a necessidade de uma pastoral orgânica, de projetos de pastoral que levem em consideração as etapas de crescimento da fé e de desenvolvimento humano, contemporaneamente. De acordo com Langberg (2002), a idade em que o abuso sexual inicia-se geralmente é entre os seis e doze anos, por isso faz-se necessária uma educação sexual mais precoce. Pontos como o valor do próprio corpo, quem pode tocar nele e para quê, temas realmente de prevenção, são indispensáveis de serem abordados.

É preciso atentar-se aos riscos de um possível abuso sexual, não se pode mais ignorar esse fato presente na sociedade. A Igreja Católica pode muito contribuir para a prevenção, oferecendo uma educação sexual ampla, ética, integrada e não instrumentalizada, que busque a realização plena da pessoa. É preciso, portanto, ensinar uma sexualidade que não seja imposta, que jamais seja destruidora de si próprio e do próximo.

Algumas posturas defendidas no passado, que eram tranquilas, já não cabem mais, como uma sexualidade ensinada apenas em casa, presa na família, o pai ensina o filho e a mãe ensina a filha. Hoje, com as diferentes configurações de família e por

uma questão de segurança, outros ambientes são necessários para uma educação ao amor. O Diretório para a Catequese assegura que:

Ao reafirmar o compromisso com amadurecimento humano e cristão dos catequistas, a Igreja chama a atenção para o compromisso de garantir, com determinação, que, no cumprimento de sua missão, seja garantida a todas as pessoas, especialmente aos menores e às pessoas vulneráveis, a proteção absoluta contra qualquer forma de abuso (DC 141).

Diante disso, inclusive ela chama atenção para a necessidade de uma conversão continua e profunda dos corações, a fim de que tais fenômenos, em todas as suas formas, não aconteçam mais. O Catequista, por causa de seu serviço, do acompanhamento na fé, é uma pessoa de referência e exerce certa autoridade. Dessa maneira, deve exercer seu papel “com o mais absoluto respeito à consciência do outro, de modo a evitar todo tipo de abuso, seja ele de poder, de consciência, econômico ou sexual” (DC 142).

Assim, como membros da Igreja, corpo de Cristo, somos chamados a proteger os menores dos três tipos de abuso: de poder, de consciência e de sexo. O cuidado e a proteção de menores deve ser mediado por ações práticas e assertivas, com programas educativos de prevenção, ambientes seguros para os menores e ajudar os pais, os operadores pastorais ou escolásticos, a reconhecer os sinais do abuso sexual e a adotar as medidas adequadas. Todos, em nível social e religioso, somos chamados a colaborar para “desvendar”, os segredos ocultos dos “abusos sexuais”, tanto em âmbito familiar quanto extrafamiliar. A educação sexual apresenta-se como caminho.

4.3 PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O abuso sexual pode ser caracterizado como todo ato libidinoso até o estupro, seja heterossexual ou homossexual, entre alguém com desenvolvimento psicosssexual mais avançado que o outro e que use de força, ameaça, sedução ou convencimento para obtenção de prazer de somente uma das partes causando dolo a outra (Cartilha Maio Laranja, BRASIL, 2021, p. 6).

Em 2000, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei 9.970/2000, que instituiu a data de 18 de maio como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O mês de maio então é marcado como Maio Laranja,

com o objetivo de aumentar a informação sobre a prevenção ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Essas datas são notáveis, pois uma das formas mais eficazes de se aumentar a prevenção é a informação.

A frequência de abuso é maior nas crianças e adolescentes do sexo feminino, no entanto, acredita-se que as denúncias são subnotificadas em relação ao sexo masculino, por existir um tabu de caráter homossexual no abuso de crianças e adolescentes do sexo masculino. “01 (uma) em cada 03 (três) a 04 (quatro) meninas e 01 (um) em cada 06 (seis) a 10 (dez) meninos serão vítimas de alguma modalidade de abuso sexual até completarem 18 (dezoito) anos.” (AZEVEDO; GUERRA apud Cartilha Maio Laranja, BRASIL, 2021, p. 7).

O abuso sexual acontece independentemente de classe social, de credo, de etnia, em lugares inimagináveis e com pessoas das quais menos se espera. Contudo, é importante lembrar que alguns grupos estão em maior risco e são mais vulneráveis, como as crianças e os adolescentes com deficiência física ou mental. Brito (2007) apresenta dados de uma pesquisa feita nos EUA que refletem o fator socioeconômico relacionado ao abuso sexual. Os dados apontam que cerca de 55% das famílias nas quais ocorreram o abuso estavam abaixo da linha da pobreza e 31% delas recebiam ajuda do governo.

Na maioria das vezes, o agressor(a) é alguém conhecido da vítima, algum familiar, vizinho(a), alguém de confiança geralmente. Em conjunto com as ameaças, o medo, o sentimento de culpa, a vergonha e o silêncio, o abuso acaba reincidindo. Em algumas situações, pode acontecer apenas uma vez, entretanto, o mais recorrente é que ele repita-se por meses ou até mesmo anos. Diante disso, é de extrema importância que a criança/adolescente reporte a um adulto de sua confiança desde o primeiro sinal de que algo possa acontecer ou tenha acontecido, e que medidas sejam tomadas por esse adulto responsável para que não permita que o abuso ocorra ou volte a ocorrer.

Diferente do que se imagina, “o agressor sexual de crianças e adolescentes não é um psicopata, um monstro. Em 85% a 90% desses agressores sexuais, são pessoas conhecidas: 30% são pais e 60% conhecidos da vítima e de sua família” (BRASIL, 2021, p. 7). Nos próximos tópicos, estarão expostos pontos como a relação do agressor com a vítima (quais são as possibilidades) e sinais /sintomas e cicatrizes das vítimas de abuso sexual.

4.4 RELAÇÃO AGRESSOR(A) X VÍTIMA

O abuso pode ser intrafamiliar, quando acontece dentro da família, no qual o abusador(a) é, por exemplo: pai, mãe, tios(as), padrasto, madrasta, avôs, avós, pais adotivos etc. Ou extrafamiliar, podendo ser alguém conhecido que ocupe um papel significativo na vida da criança e desperte confiança, como algum amigo(a) da família, professor(a), lideranças religiosas, vizinho(a) ou alguém desconhecido. Segundo o Guia Escolar para a identificação de sinais de abuso e exploração sexual (BRASIL, 2011), em 90% das ocorrências de abuso sexual, o autor é alguém com quem a vítima convive.

O(A) agressor(a) aproveita-se da inocência da vítima, que geralmente ainda não teve contato com uma educação sexual nem com nenhuma prevenção a abusos e violências. E como a maior parte das agressões sexuais partem de pessoas conhecidas anteriormente pelas vítimas, é usada essa relação de confiança como vantagem para suscitar o abuso sexual. Inúmeras vítimas são levadas a crer que o abuso é só uma troca de carinhos, uma afeição normal entre a relação que eles têm, por exemplo, relação pai-filha ou tio-sobrinho. Como geralmente os abusos não acontecem em casos isolados, a criança não se dá conta de imediato de que aquele “carinho” não é correto. Algumas vezes esta percepção só se dá na fase adulta da vítima ou nunca acontece. Quando a vítima torna-se consciente ainda durante o abuso, o(a) abusador(a) parte para um jogo de manipulação e ameaças, fazendo com que a vítima sinta-se culpada e tenha medo do que pode acontecer com as pessoas que ama, as quais o(a) abusador(a) normalmente ameaça. Diante disso, frequentemente ela silencia.

Apesar do lar ter um aspecto social de proteção e segurança, grande parte dos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes acontecem dentro de casa. Pelo fato de acontecer dentro de um local privado, é comum que seja mantido silêncio e as relações de consanguinidade geram a complacência dos outros membros da família. Por exemplo, em casos em que o pai ou o padrasto é o agressor, inclusive a mãe pode estar ciente e silenciar, pois é gerado um sentimento de fracasso. Ela pode sentir que falhou como mãe e como esposa, e pode ser extremamente difícil quebrar o “pacto do silêncio” da casa. São casos complexos. O agressor(a) pode sentir ciúmes da vítima e proibi-la do convívio social. É comum ele buscar agradá-la com presentes

e privilégios e procurar momentos para ficar a sós com a criança ou adolescente, sempre que possível.

O(A) abusador(a) tem um grande poder de influência sobre a vítima, primeiro pela questão da idade, pois o(a) agressor(a) é mais velho que a vítima. Apesar disso, o ponto-chave do abuso sexual é sempre a relação de poder, ou seja, a relação estabelecida entre agressor(a)-vítima: pai-filha, padrasto-enteada, avô-neto, padre-coroinha, professora-aluno, tio-sobrinho, mãe-filho, pastor-fiel, médico-paciente etc. Pode haver outros tipos de dependências como já mencionados os casos de vulnerabilidades físicas, mentais e socioeconômicas. Existe ainda o fato de que a criança/adolescente é por si mesma vulnerável, por isso sofre diversos tipos de ameaças nesta situação.

4.5 SINAIS /SINTOMAS E CICATRIZES

De acordo com Santana (2021), a “Unicef estima que, diariamente, 18 mil crianças e adolescentes são vítimas de violência e que 80% desses casos ocorrem dentro de casa, deixando sequelas que persistem por toda a vida e exigem tratamento, senão físico, também psicológico.” Há sinais visíveis que podem ser percebidos para que se ajude crianças ou adolescentes que estejam passando por situações de abuso sexual. É preciso estar atento às crianças ao nosso redor, principalmente às mudanças de comportamento delas. Profissionais, como médicos, psicólogos, professores, catequistas, podem e devem auxiliar nesse processo.

Em consultas de rotina ao pediatra, o médico deve estar alerta a qualquer diferença na região genital, hematomas ou mordidas próximas da área genital, mamas ou pescoço, encontro de doenças sexualmente transmissíveis, aborto, gravidez etc. Outros sinais físicos podem ser: infecções urinárias repetidas, diarreias, enurese e enxaqueca, asma emocional e desordens do apetite.

Segundo a Cartilha Maio Laranja (BRASIL, 2021), existem sinais psicológicos de acordo com cada idade. Vítimas de até quatro anos expressam: perturbação do sono, desenhos sexualizados, medo de homens, comportamento ou brincadeiras sexuais inapropriadas para a idade; vítimas de quatro a seis anos: limpeza compulsiva, destruição simbólica repetida dos pais, acessos de raiva, conhecimento sexual inapropriado para a idade, brincadeiras, discurso e desenhos, perturbações no sono; vítimas de sete a doze anos: perturbações no sono, fracasso escolar, mudanças

de humor, segredos, ansiedade, mentiras, furto, conduta incendiária, vontade excessiva de agradar, assume papel maternal, tentativas de suicídio, aparência pseudomadura; vítimas com mais de treze anos: relacionamentos afetivos pobres, abuso de drogas/álcool, promiscuidade, automutilação, depressão/desespero, estados fóbicos e desordens compulsivas, assume papel maternal, abusa sexualmente de outras crianças.

Muitos destes sinais acabam tornando-se cicatrizes que acompanham a criança/adolescente inclusive na fase adulta, como depressão, ansiedade, automutilação, abuso de drogas/álcool, transtornos alimentares, distúrbios na sexualidade, tentativas de suicídio, entre outros. “Dados divulgados pela Faculdade de Medicina ABC (2001) indicam que 50% das pessoas que são sexualmente abusadas quando crianças ou adolescentes tornam-se autoras de violência sexual em idade adulta) (BRASIL, 2011, p. 14).

Brito (2007) fez algumas oficinas com familiares e divulga uma listagem que os familiares elaboraram após as oficinas como possibilidades de sintomas que as crianças podem apresentar, caso tenham passado ou estejam passando por um caso de abuso sexual, são eles:

choro, medo, isolamento, baixa autoestima, distúrbios no sono, distúrbios na alimentação, baixo rendimento escolar, masturbação excessiva, comportamento sexualmente explícito e inapropriado para a idade, não confiar em adultos, ansiedade, culpa, vergonha, marcas físicas, tristeza, mudança repentina de comportamento, apatia, estado de alerta, hiperatividade, enurese, lesão nos órgãos genitais, dificuldades de concentração, insegurança e angústia (BRINO, 2006, p.108).

A autora faz algumas ressalvas: é importante perceber se há mais de um sinal e sintoma e qual a frequência, quando foi/foram iniciado(s) e quais fatos antecederam, como a criança vinha portando-se antes e como está agora. Sinais isolados podem significar diversas realidades.

4.6 CASO DE SUSPEITA DE ABUSO E COMO DENUNCIAR

A sociedade tem por hábito não dar importância para as falas dos menores, desqualificando suas denúncias, todavia, quando o assunto é abuso sexual, dados apontam que a grande maioria das crianças não mente quando denunciam um abuso, “92% falam a verdade, apenas 8% inventam, sendo que três quartos das histórias

inventadas são induzidas por adultos” (AZEVEDO; GUERRA apud Cartilha Maio Laranja, BRASIL, 2021, p. 8).

Uma forma simples e rápida de buscar ajuda e orientação é pelo Disque 100 - Disque Direitos Humanos, que atende 24 horas. Qualquer pessoa pode denunciar uma ação suspeita. Recentemente foram desenvolvidos outros canais para denúncia como: o App Direitos Humanos Brasil, o site <https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-violacao-de-direitos-humanos>, o telegram Direitos Humanos Bot e o canal no whatsapp.

Dentro das paróquias, o ideal seria uma comissão para auxiliar nesses casos, composta pelo Pároco, psicólogo e leigos que estudem o assunto, para a qual, o/a catequista possa dirigir-se com a sua suspeita e possa ter algum auxílio. Deste modo, o/a catequista não se sentirá sozinho para proceder com a denúncia, pois terá uma opinião de pelo menos um psicólogo que se atentará aos fatos. Também terá o respaldo do Pároco da Paróquia e de outros leigos que estudam o assunto, observando o quanto o tema é difícil de ser enfrentado, sobretudo porque implica, muitas vezes, o interior das famílias. No entanto, é de extrema importância reforçar, que se houve uma queixa explícita da criança/adolescente, a denúncia é obrigatória. O julgamento da Comissão entre proceder ou não com a denúncia cabe quando se percebem sinais na criança/adolescente, mas não se tem certeza.

Quais são as orientações após a denúncia? Primeiro é necessário saber se essa criança ou adolescente que está sendo vítima de abuso sexual tem responsável legal que a proteja? Caso não haja, o Ministério Público irá solicitar ao juízo da infância e juventude o encaminhamento da criança ou adolescente ao serviço de acolhimento em família acolhedora ou acolhimento institucional. Caso haja, O Conselho Tutelar deve orientar o responsável legal não agressor(a) a registrar um boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia e regularizar a situação jurídica da vítima, que pode envolver: guarda unilateral, retirada do agressor(a) da casa, restrição de visita ou visita vigiada, destituição do poder familiar, ação de alimentos, entre outras.

Após o Boletim de Ocorrência, é emitida a guia para a realização do Exame de Corpo Delito. Em até 72 horas, é realizada a contracepção de emergência (para evitar uma possível gravidez da vítima) e a profilaxia das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Após 72 horas, é realizado o teste de gravidez e o diagnóstico de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Ocorre a escuta especializada por meio da qual se busca entender o tipo de violência sofrida pela criança ou

adolescente. A criança/adolescente e sua família são encaminhadas para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) onde recebem o apoio social necessário. Caso seja necessário, o Programa de proteção à vítima também está disponível.

Aqui apresentamos o processo de uma forma bem sucinta, mas sabemos que, na prática, é um tanto quanto mais complexo. Muitas vezes, é preciso voltar mais de uma vez em diversos departamentos, e a justiça do Brasil é bem lenta. São necessárias melhorias, principalmente para que a criança ou adolescente não seja exposta e sinta-se protegida. Muitos, inclusive autoridades, tratam o abuso sexual como se fosse culpa da vítima!! O que é um completo absurdo. Por mais óbvio que seja, é sempre preciso reafirmar que a vítima nunca tem culpa e qualquer pergunta ou tratamento que leve a entender o contrário está completamente errado e compactua com o crime. O despreparo de alguns profissionais, diante da revelação de abuso, é enorme. Segundo Santos e Dell’Aglio (2010), existe dificuldade em os familiares emitirem apoio e compreensão diante das vítimas no momento da revelação, questionando inclusive a veracidade de seus relatos. Ocorre a minimização da dor das vítimas durante a escuta do abuso, e a utilização de expressões de surpresa e choque diante da revelação.

4.7 PREVENÇÃO

Antes de mais nada, é preciso compreender que a sexualidade não se restringe ao coito, pois é uma necessidade básica de todo ser humano que não pode ser separada de outros aspectos da sua vida. É energia de viver, de amar, de sentir, de intimidade. Ela inspira pensamentos, sentimentos, ações, interações e tanto a saúde física como a mental.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a sexualidade faz parte da personalidade de cada um, é uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à ocorrência ou não de orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e em como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, portanto, a saúde física e mental. Se saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada um direito humano básico (DESNOS, 2013, S/P).

É preciso quebrar o tabu em torno da sexualidade e trabalhá-la eficazmente, dentro das famílias, nas escolas e igrejas. Quanto mais informação de qualidade as crianças receberem melhor será, pois, ao contrário, irão acabar sendo bombardeadas por informações de qualidade duvidosa na internet, televisão, por meio de amigos, entre outros.

A educação sexual, em muitos casos, restringe-se a preocupações com sexo, reprodução, gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Apesar da importância desses temas, “eles não devem se sobrepôr à discussão mais ampla sobre a sexualidade, que inclui reflexões sobre prazer, conceito de vulnerabilidade, afetos, relações de gênero, direitos, responsabilidades, entre tantos outros aspectos (BRASIL, 2011, p. 49).

A prevenção dá-se mantendo a criança instruída, desde cedo sobre seu corpo e os limites, ou seja, quem pode tocar (pais/responsáveis e médicos/as) e somente para higiene e cuidado médico. É preciso deixar bem claro quais são as regiões onde se pode fazer carinho e quais são as regiões íntimas onde outras pessoas não podem tocar. Por se criar muito tabu em torno disso e nunca falar sobre este tema com as crianças, pessoas mal-intencionadas aproveitam-se da ingenuidade.

De acordo com Wolf (1998 apud BRINO, 2006), prevenção ao abuso sexual infantil pode dar-se em três níveis de enfoque: primário, secundário e terciário. O enfoque do nível primário busca reduzir ou eliminar os fatores sociais, culturais e ambientais que possibilitam os atos agressivos. Pode-se atuar diretamente com a população de risco, com a educação das crianças quanto aos riscos referentes ao abuso sexual, e com os pais/responsável ou com as pessoas que atuam com as crianças, como professores e catequistas, capacitando-os. O enfoque secundário dá-se impedindo a repetição dos atos agressivos e detectando precocemente as crianças em situação de risco. Já “o enfoque terciário tem como objetivo o acompanhamento da vítima e do agressor por profissionais capacitados, a fim de amenizar ou evitar sequelas do abuso sexual e consequências a longo prazo.”

Segundo Soma (2014, p.60), cabe ressaltar que um programa de prevenção ao abuso sexual direcionado às crianças deve basear-se nos três “Rs” - reconhecer, resistir e relatar (WURTELE, 2008):

Com base em três objetivos:- a) ajudá-las a reconhecer potenciais situações abusivas ou ofensores em potencial; b) ensiná-las a resistir (“dizer não”) e retirar-se da presença do ofensor; e c) incentivá-las a denunciar abusos

(anteriores ou atuais) a uma figura de autoridade e de confiança (SOMA, 2014, p.60).

A informação é essencial, tanto a quem educa como às crianças e adolescentes. Continuando a explicitar as bases apresentadas por Soma, elas podem ser detalhadas melhor como:

Cabe ressaltar, que para cada uma das habilidades previstas (Reconhecer, Resistir e Relatar) há um repertório de habilidades sociais que, quando desenvolvido, pode auxiliar a criança a se proteger diante da possibilidade de um abuso. Essas habilidades sociais são comuns na infância e estão relacionadas com as habilidades protetivas. Para a habilidade de reconhecer é preciso que a criança consiga identificar uma aproximação inapropriada de um adulto, que consiga reconhecer os riscos que envolvem essa aproximação e, para tanto, ela precisa ter autocontrole, empatia e expressividade emocional. Para a habilidade de Resistir, a criança precisa saber dizer não às induções do adulto ofensor, por isso precisa ter desenvolvidas as habilidades de civilidade e assertividade. Para a habilidade de Relatar, é preciso que a criança consiga identificar em seu círculo social, pessoas em quem possa confiar, assim, é preciso ser hábil em fazer amizades, ter autocontrole, expressividade emocional e assertividade. Adicionalmente, as três habilidades autoprotetivas envolvem a habilidade de resolução de problemas para que a criança consiga sair da situação rapidamente (Del Prete & Del Prete, 2005; Padilha & Williams, 2009 apud SOMA, 2014, p. 60).

Existem livros infantis desenvolvidos para auxiliar pais, professores e catequistas nessa jornada, alguns são: Pipo e Fifi: ensinando proteção contra violência sexual (Caroline Arcari, 2018), Gogo: de onde vem os bebês? (Caroline Arcari, 2021) e Não me toca, seu boboca! (Andrea Viviana Taubman, 2021). Igualmente, a apresentação de recursos audiovisuais e virtuais sobre a problemática, como animações e sites voltados para o público infanto-juvenil também podem contribuir nesse processo. Uma dessas plataformas virtuais é da Campanha “Defenda-se”, que disponibiliza animações educativas para crianças e adolescentes, com linguagem acessível e apropriada sobre o abuso sexual infantil (ASI), visando desenvolver estratégias de autodefesa para estas (LESSA; MAYOR, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SEXUALIDADE NA CATEQUESE COMO MEIO DE PREVENÇÃO

O abuso sexual é um fenômeno social que, infelizmente, ainda precisa ser muito trabalhado. Leis existem para proteger as crianças e adolescentes, no entanto, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) pode ser visto ainda como recente, embora seja datado em 1990. É preciso que seja mais divulgado. São necessárias mais campanhas por parte do governo sobre a violência sexual e também mais conscientização da população. As denúncias ainda são subnotificadas.

O meio mais eficaz para prevenir o abuso sexual infantil ou interromper caso esteja acontecendo é a informação por meio da educação sexual. Trata-se de conscientizar as crianças e os adolescentes sobre seu próprio corpo, para que serve, quem pode tocar, quem não pode e onde não pode, o que fazer se isso acontecer, como buscar ajuda, em qual adulto ela pode confiar caso esteja sendo vítima. É preciso falar, o silêncio não é a forma correta de lidar com o abuso.

Professores e catequistas estão dia a dia em contato com crianças e adolescentes. Estes educadores precisam de mais preparo para lidar com situações de abuso. Como perceber os sinais? O que fazer? Como ajudar? Como denunciar? Somente a boa vontade não irá salvar nossas crianças. É preciso programas e disciplinas nos cursos de licenciatura sobre educação sexual e para os catequistas uma formação especializada, com cursos sobre educação sexual. Médicos, enfermeiras, policiais, detetives, investigadores, precisam estar mais sensíveis aos casos e como atender as vítimas.

Além dos encontros semanais que os catequistas têm com as crianças e adolescentes, é necessária a pedagogia do amor fundamental para uma educação sexual. A formação pedagógica do catequista tende a amadurecer nele a competência na comunicação e narrativa da fé, na capacidade de liberdade interior, no amadurecimento de uma mentalidade educacional, que o dispõe a construir relações maduras com as pessoas e o capacita para orientar e acompanhar o processo educativo e a caminhada de fé de seus catequizandos (DC 149). Um catequista bem formado certamente poderá contribuir com formas diferenciadas de prevenção aos diversos tipos de abusos.

Este nos parece ser o ponto crucial de toda a nossa discussão: a formação do catequista compromete de forma positiva ou negativa a educação sexual nos

encontros de catequese. Reiteramos em nossa pesquisa que a sexualidade deve ser orientada, elevada e integrada pelo amor que é o único a torná-la verdadeiramente humana. Se preparada pelo desenvolvimento biológico e psíquico, cresce harmonicamente e realiza-se em sentido pleno somente com a conquista da maturidade afetiva, que se manifesta no amor desinteressado e no total dom de si. Uma sexualidade, que é imposta e forçada, não tem amor. Aqui está o ponto primordial para a abordagem da sexualidade na catequese como meio de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

No documento *Amoris Laetitia*, o Papa Francisco afirma que os jovens devem receber uma educação sexual para que entendam, que, no mundo atual, são “bombardeados com mensagem que não se preocupam com seu bem e sua maturidade”. Porém, ele criticou a educação sexual imposta apenas sobre o sexo seguro, como se um eventual filho fosse inimigo do qual você precisa se proteger” ou ainda quando promove uma “agressividade narcisista ao invés do acolhimento” (AL 281).

A Igreja, ao longo dos anos, foi evoluindo muito sua perspectiva em relação ao matrimônio e à sexualidade, mas muitos catequistas ainda estão presos a pensamentos antigos quanto a isso. Momentos de formação ajudam a atualizar e fazer com que catequistas e Magistério caminhem na mesma direção.

Diante de situações de abuso sexual, a Igreja é chamada a ser um lugar de “piedade e compaixão, sobretudo para os que sofreram. Para todos nós, a Igreja católica continua a ser um hospital de campo que nos acompanha no nosso itinerário espiritual. É o lugar no qual podemos sentar com os outros, ouvi-los e compartilhar com eles as nossas lutas e a nossa fé na boa nova de Jesus Cristo” (FRANCISCO, 2017, s/p).

Nossas crianças são o futuro da nossa sociedade, são nossa esperança, é preciso cuidar bem delas!

REFERÊNCIAS

ABRAPIA. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**: mitos e realidades. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Autores & Agentes & Associados, 2002.

AGUIAR, Emanuela Varela de; FERREIRA, Caroline Araújo Lemos. Violência sexual contra crianças e adolescentes e suas consequências psicológicas, cognitivas e emocionais: revisão integrativa de literatura. **Rev. Psicol Saúde e Debate**. Set., 2020, 6(2), p.80-96.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. **O reconhecimento legal do conceito moderno de família**: O art. 50, II e parágrafo único, da lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). 2006. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/242/novosite>. Acesso em: 31 jan. 2023.

ALVES, M. **Como escrever teses e monografia**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ANASTÁCIO, Zélia Caçador. Educar para a sexualidade saudável: quem e que contributos? In: **Sexualidade e Educação para a Felicidade**, 303-321. Braga, Portugal: ALETHEIA – Associação Científica e Cultural, 2010.

AUGUST, Fridbert August; KLASSEN, André Felipe. O Sexo Começa na Igreja - Uma Perspectiva Pastoral Sobre a Educação Sexual do Cristão. **Rev. Cógito**, Curitiba, v. 1, pag. 48-62, Jan/2019.

AZEVEDO & GUERRA. **Telecurso de Especialização na Área da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes**. São Paulo: Lacri/USP, 2000.

AZPITARTE, Eduardo López. **Ética da sexualidade e do matrimônio**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BARROS, Márcia Graminho Fonseca, Braz e; MIRANDA, Jean Carlos. Sexualidade: perspectiva histórica e significação cultural. **Acta Biomedica Brasiliensia**, 2019. P.13-22. Disponível em: <http://doi.org/10.18571/acbm.195>. Acesso em: 01 fev. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BENTO XVI. **Carta Encíclica Deus Caritas Est**. São Paulo: Loyola, 2006.

BENTO XVI. **Carta do Papa Bento XVI aos seminaristas após o Ano Sacerdotal**. Vaticano, 2010. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/letters/2010/documents/hf_ben. Acesso em: 14 jan. 2023.

BERARDI, Franco. **Asfixia**: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem. Trad. Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

BRASIL. Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. Cartilha Maio Laranja 2021 – Abuso sexual contra crianças e adolescentes – abordagem de casos

concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Brasília: Secretaria nacional dos direitos da criança e do adolescente, 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes**. Publicado em 18/05/2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia escolar**: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2011.

BRASIL. Ministério de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e Adolescente**. (ECA). Brasília: Secretaria Executiva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos & Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1990 (versão atualizada 2022).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Impactos da violência na saúde das crianças e adolescentes**. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, 2010.

BRINO, Rachel de Faria. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil**: avaliação de um programa de capacitação. Orientadora: Lúcia C. de A. Williams. 2006. 258p. Tese (Doutorado) – São Carlos: USCar, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2825?show=full> Acesso em: 10 mar. 2022.

CABRAL, Juçara Teresinha. **A sexualidade no mundo ocidental**. São Paulo: Papirus, 1995

CAXIAS, Duque de. **Orientação Sexual na escola, PCNs e transversalidade**: A orientação sexual na escola, parâmetros curriculares nacionais e transversalidade. 2014. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/orientacao-sexual-na-escola-pcns-transversalidade.htm> Acesso em: 06 fev. 2023.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Catecismo da Igreja Católica** (CAT). São Paulo: Edições Loyola, 2011.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **Orientações educativas sobre o amor humano**. Linhas gerais para uma educação sexual (1.º.11.1983). São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1984.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA. **Família, Matrimônio e “União de Fato”**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA. **Sexualidade humana**: verdade e significado. 6. ed. São Paulo: Paulinas, 2002.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES. In: **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Sexualidade, cristianismo e poder**. Estudos e Pesquisa em Psicologia, UERJ, RJ, ANO 10, N.3, P. 700-728, 2010. ISSN: 1808-4281. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n3/artigos/pdf/v10n3a05.pdf>. Acesso em: 29 nov. 22.

DESNOS, Roberta. **Cada Passo, Uma Curiosidade**: A sexualidade ao longo da vida. 2013. Disponível em: <https://www.inteligenciadevida.com.br/pt/sexualidade-vida/#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de,ocorr%C3%Aancia%20ou%20n%C3%A3o%20de%20orgasmo>. Acesso em: 02 maio 2022.

ECO, Umberto. **Pape Satan Aleppe**: Crônicas de uma sociedade líquida. Tradução: Eliana Aguiar 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

FAMÍLIA. In: **Dicionário Oxford Languages**. Oxford: Google, 2022. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=fam%C3%ADlia&oq=fam%C3%ADlia&aqs=chrome..69i57j0i3j0i512j46i131i433i512j46i175i199i512j0i433i512j46i433i512j46i175i199i512j0i512l2.2222j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 28 jun. 2022.

FRANCISCO, Papa. Diálogo do Papa Francisco com um grupo de jovens da Diocese de Grenoble-Vienne, França, 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/september/documents/papa-francesco_20180917_giovani-francia.html. Acesso em 29 de nov de 22.

FRANCISCO, Papa. DIRETÓRIO PARA CATEQUESE, 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/ihu/2020/06/novo-diretorio-catequese.pdf>. Acesso em: 08 de fev de 2023.

FRANCISCO, Papa. **Discurso do Papa Francisco aos membros da pontifícia comissão para a tutela dos menores**. 2017.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia*. 2016.

FRANCISCO, Papa. Carta Apostólica Sob Forma de Motu Proprio do Sumo Pontífice Francisco “Vos Estis Lux Mundi”. 2019.

FRANCISCO, Papa. Santa Missa na Capela da Casa Santa Marta com algumas vítimas de abusos sexuais por parte do clero. Homilia do Papa Francisco. 7 de Julho de 2014. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/cotidie/2014/documents/papa-francesco-cotidie_20140707_vittime-abusi.html. Acesso em: 27 set. 2020.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

HAMER, Jerónimo. **Declaração Persona Humana** – sobre alguns pontos de ética sexual. Roma, 1975.

JAÉN, Paloma López. **Revisión bibliográfica socio-legislativa entorno a la infancia**. Grado en Trabajo Social. Tutor: José Luis Anta Félez. Facultad de Trabajo Social – Universidad de Jaén. 2018. 35f. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10953.1/13207>. Acesso em: 29 de nov de 22.

JAVIERRE, António M. **Orientações educativas sobre o amor humano** – Linhas gerais para uma educação sexual. Roma, 1983.

JOÃO PAULO II, Papa. **Evangelium Vitae**. São Paulo: Paulinas, 1995

JOÃO PAULO II, Papa. **Familiaris Consortio**. Petrópolis: Vozes, 1992.

JOÃO PAULO II, Papa. **Cartas às Mulheres**. São Paulo: Paulinas, 1995.

KIYAN, Ana Maria Mezzarana. **A identidade do sacerdote católico**: um estudo sobre o celibato e a política de identidade da Igreja Católica. 2005. Tese (Doutorado) – Curso de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/17387/1/AnaMariaKiyana.pdf>. Acesso em: 06 de fev de 2023.

KOSNIK, Anthony. **A Sexualidade Humana**. Petrópolis: Vozes, 1982.

KRIPK, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. *Investigação Qualitativa em Educação. Atas CIAIQ*. Vol. 2. 2015. p.243-247.

LANGBERG, Diana Mandt. **Abuso Sexual** – aconselhando vítimas: tradução Werner Fuchs, Curitiba: Editora Evangélica Esperança. Título do original: *Counseling Survivors of Sexual Abuse*, Tyndale House, Wheaton. 2002.

LEAL, Raphael Barros; CABRAL, Flavio José Gomes. *Religião e Sexo: Do Controle Na Idade Média e Sua Herança na Contemporaneidade*. 2010. P. 572-581. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.572.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023.

LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre Gori; BALTAR, Paulo Eduardo. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 59-77, abr. 2010.

LEONE, Salvino. **Educar para a Sexualidade**. 1. ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2004.

LESSA, Camila Bahia; MAYOR, Andréa Soutto. A dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas. **Persp. Online: hum & sociais aplicada**, Campos dos Goytacazes, 25 (9) 61-77 - 2019

LEWIS, C.S. **Os Quatro Amores**. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

LIMA, Luiz Fernando. **As Relações Pericoréticas da Santíssima Trindade como Modelo Inspirador para as Famílias Humanas**. 2018. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2018. Curitiba. Disponível em: <https://archivum.grupomarista.org.br/pergamumweb/vinculos/000080/000080ed.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2023.

McLAREN, Angus. **Historia de los anti-conceptivos**. Madrid: Minerva Ediciones, 1993.

NOONAN, Jr. John T. **Contraception** – A history of its treatment by the Catholic Theologians and Canonists. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1965.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 2.ed. São Paulo: Papyrus, 1997

PAGANI, Severino. **A Linguagem do Amor**. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

PAULO VI, Papa. **Carta Encíclica Humanae Vitae**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

PAULO VI, Papa. **Constituição Pastoral Gaudium et Spes**. Sobre a igreja no mundo actual. 1965. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/NFC-Constituicao-Pastoral-gaudium-et-spes.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2023.

PIO XI, Papa. Carta Enciclica *Casti Connubii*. Sobre o casamento cristão. 1930. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19301231_casti-connubii.html. Acesso em: 07 fev. 2023.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria** - Vol. 81, N°5(supl), 2005

PLATT, Vanessa Borges; BACK, Isabela de Carlos; HAUSCHILD, Daniela Barbieri; GUEDERT, Jucélia Maria. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(4), p.1019-1031, 2018.

PRUSAK, Jacek. **Paraphilias among Roman Catholic priests**: what we know, and do not know, about sexual clergy-abusers of minors. *Psychiatr. Pol.* 2020; 54(3): 571–590. ISSN 2391-5854 (ONLINE). Disponível em: <https://doi.org/10.12740/PP/118599>

RANKE-HEINEMANN, Utha. **Eunucos pelo reino de Deus**. 3.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

ROSS, Marie-Paul. **Por uma sexualidade plena**. Um modelo de intervenção global em sexologia –MIGS. São Paulo: Paulinas, 2014.

SALLES, Ana Cristina Teixeira da Costa; CECCARELLI, Paulo Roberto. A invenção da sexualidade. Belo Horizonte: **Reverso**, ano 32, n. 60, p. 15 – 24, Set. 2010.

SANTOS, Samara Silva; DELL'AGLIO Débora Dallbosco. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicologia & Sociedade**, 22 (2), p.328-335, 2010.

SANTANA, Lorena de Oliveira. **Abuso sexual intrafamiliar**: do conhecimento ao seu enfrentamento. Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1423/1/TC%20LORENA%20DE%20OLIVEIRA%20SANTANA.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I - Número I – Jul. 2009. ISSN: 2175-3423.

SILVA, Ana Luiza Rabello da; NAKAGAWA, Janete Tamami Tomiyoshi; SILVA, Marielle Jeani Prasnievski da. A composição familiar e sua associação com a ocorrência da gravidez na adolescência: estudo caso-controle. **Rev enferm UERJ**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2020.36283>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SILVA, Rosangela Trabuco Malvestio da; MEDEIROS, Paulo Jorge. Literatura infantil: possibilidades educativas para trabalhar a temática abuso sexual infantil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.2, p. 17534-17548 feb. 2021.

SOMA, Sheila Maria Prado. **Contação de Histórias Como Estratégia para a Prevenção do Abuso Sexual Infantil**. 2014. 101f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2014.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e Adolescência**: Reflexões Acerca da Educação Sexual na Escola. Tese (Mestrado), 2005. Curso de Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-68708/sexualidade-e-adolescencia--reflexoes-acerca-da-educacao-sexual-na-escola>. Acesso em: 06 de fev de 2023.

TAVARES, Cássia Quelho. **Entre Certezas e Desafios**: Ética Sexual Católica e Concepção de Sexualidade Humana Hoje. Orientador: Prof. Dr. Frei Nilo Agostini. 2006. 201f. Dissertação (mestrado). Teologia, Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

TERTULIANO. **Apologia**. Trad. José Fernandes Vidal/ Luiz Fernando Karps Pasquotto. Disponível em: www.tertullian.org/brazilian/apologia.html. Acesso em: 06 fev 2023.

TRUJILLO, Alfonso Cardeal López. **Conselho Pontifício para a Família – Sexualidade Humana: verdade e significado - Orientações educativas em família**. Vaticano, 1995.

VIDAL, Marciano. **Ética da Sexualidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ANEXO

Questionário

PROJETO: PROPOSTA DE EDUCAÇÃO SEXUAL E REPRODUTIVA PARTICIPATIVA*

Perfil do participante da pesquisa

Sexo: 1 () Feminino 2 () Masculino

Idade: 1() Entre 18 e 25 2() Entre 26 e 35 anos 3() Entre 36 e 45 anos
4() Entre 46 e 60 5() Acima de 60anos

Grau de sua escolaridade:

1 () Não conclui o ensino fundamental 2 () Conclui Ensino fundamental
3 () Conclui Ensino médio 4 () Conclui Curso superior

Situação de emprego: 1 () Empregado(a) 2 () Desempregado(a)
3 () Autônomo(a) 4 () Do lar 5 () Outra

A renda familiar total: 1 () Menos de 1.900 reais 2 () Entre 1.900 e 3.800 3 () Entre 3.800 e 9.500 4 () Entre 9.500 e 18.000 5() Acima de 18.000 reais

Estado civil: 1 () Solteiro 2 () Casado 3 () Divorciado
4 () Viúvo 5 () União Estável 6 () Separado Judicialmente

Você conversa sobre sexualidade com teu filho/a?

1 () nunca 2 () raramente 3 () regularmente

Para você, a sexualidade deve ser tema de estudo na catequese?

1 () nunca 2 () raramente 3 () regularmente

Teu filho(a) que está na catequese:

() É menino () É menina () Tenho dois, de ambos os sexos

Como você se posiciona quando o seu filho/a busca conviver (ter amizade):

Com pessoas de outro sexo.

1() incentivo 2() aceito 3() tolero 4() desaconselho 5() proíbo

Com pessoas de outra religião

1() incentivo 2() aceito 3() tolero 4() desaconselho 5() proíbo

Com pessoas de outras etnias/cores:

1() incentivo 2() aceito 3() tolero 4() desaconselho 5() proíbo

Com pessoas de outra classe social

1() incentivo 2() aceito 3() tolero 4() desaconselho 5() proíbo

Com pessoas com deficiência

1() incentivo 2() aceito 3() tolero 4() desaconselho 5() proíbo

Com pessoas homossexuais

1() incentivo 2() aceito 3() tolero 4() desaconselho 5() proíbo

Com filhos de pais separados

1() incentivo 2() aceito 3() tolero 4() desaconselho 5() proíbo

Com filhos de presidiários

1() incentivo 2() aceito 3() tolero 4() desaconselho 5() proíbo

Como você se posiciona frente às seguintes QUESTÕES POLÊMICAS: (assinale apenas uma opção)

- A pessoa que praticou o aborto, antes de mais nada:

1() precisa ser acolhida 2() precisa ser questionada

3() precisa ser excluída do grupo

- A diversidade de gênero (homens, mulheres, LGBTs) é uma realidade:

1() que deve ser respeitada 2() que deve ser negada

3() deve ser combatida /perseguida.

- A adoção de crianças por pessoas solteiras

1() deve ser aceita 2() deve ser respeitada

3() deve ser proibida

- A adoção de crianças por casais homossexuais

1() deve ser aceita 2() deve ser respeitada

3() deve ser proibida

Como você se posiciona se o/a catequista falar dos seguintes assuntos ligados à SEXUALIDADE:

Se o/a catequista falar que:

A sexualidade é uma parte importante e valorizada na vida cristã Você:

1() incentiva 2() aceita 3() tolera

4() reprovava 5() se revolta

Se o/a catequista falar que:

A amor é a força central da vida: que pode nos levar à alegria e prazer e/ou exigir sacrifícios Você:

1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera

4 () reprova 5 () se revolta

Se o/a catequista falar que:

O afeto e o relacionamento sexual não pode ser imposto, forçado ou violento
Você:

1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera

4 () reprova 5 () se revolta

Se o/a catequista falar que:

O ato sexual só é recomendado no casamento. Você:

1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera

4 () reprova 5 () se revolta

Se o/a catequista falar que:

Em todas as situações o amor é a condição básica para que o ato sexual seja plenamente humano Você:

1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera

4 () reprova 5 () se revolta

Se o/a catequista falar que:

Homens e mulheres devem ter a mesma responsabilidade frente à sexualidade e o ato sexual Você:

1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera

4 () reprova 5 () se revolta

Se o/a catequista falar que:

É necessário combater a pedofilia e abuso sexual infantil Você:

1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera

4 () reprova 5 () se revolta

Se o/a catequista falar que:

É necessário alertar sobre a pornografia nos diferentes meios de comunicação
Você:

1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera

4 () reprova 5 () se revolta

Se o/a catequista falar que:

A masturbação é uma etapa imatura do crescimento para o amor. Você:

- 1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera
4 () reprova 5 () se revolta

Como você se posiciona se o/a catequista falar dos seguintes assuntos/temas ligados ao PLANEJAMENTO FAMILIAR:

Se o/a catequista falar que:

O(a) filho(a) é dom de Deus e ao mesmo tempo fruto do amor humano Você:

- 1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera
4 () reprova 5 () se revolta

Se o/a catequista falar que:

Gerar filho(a) é uma responsabilidade humana e deve ser planejado Você:

- 1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera
4 () reprova 5 () se revolta

Se o/a catequista falar sobre:

O funcionamento do corpo humano em relação à concepção e gravidez Você:

- 1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera
4 () reprova 5 () se revolta

Se o/a catequista falar sobre:

Os métodos naturais de planejamento familiar (tabelinha, Bilings...) Você:

- 1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera
4 () reprova 5 () se revolta

Se o/a catequista falar sobre:

A pílula como método artificial de contracepção e planejamento familiar
Você:

- 1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera
4 () reprova 5 () se revolta

Se o/a catequista falar sobre:

A camisinha como método artificial de contracepção e planejamento familiar
Você:

- 1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera
4 () reprova 5 () se revolta

Se o/a catequista falar sobre:

O DIU como método artificial de contracepção e planejamento familiar Você:

- 1 () incentiva 2 () aceita 3 () tolera

4 () reprova 5 () se revolta

*Obs: Pesquisador responsável: Mário Antônio Sanches, projeto aprovado no Comitê de Ética da PUCPR, n. do parecer: 2.348.501, de 25 de outubro de 2017.